

Interpretações do Brasil ou da *Tropicalização Antropofágica Miscigenada*

Fernando Nogueira da Costa

Professor-Titular

Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Caixa Postal 6135

13083-970 – Campinas – SP – Brasil

<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

E-mail: fercos@eco.unicamp.br

Resumo: Esta apostila – resumo de aulas ou leituras, publicado para uso de alunos – tem como objetivo apresentar uma visão sumária de obras clássicas, lidas por gerações posteriores à do autor, da historiografia brasileira. Expõe essa arte de escrever a história, estudando os eventos passados. Não se trata de um estudo crítico sobre a história e os historiadores, embora forneça indicações sobre o pertencimento de ideias a determinadas castas e apresente o contexto da obra. Cada qual traz certos diagnósticos de nossas carências históricas. Interpretou-se (e reinterpretou-se) o Brasil para sua transformação. Cada autor buscava a afirmação política da diferença brasileira.

Palavras-chave: História do Brasil – Historiografia – Metodologia Histórica

Classificação JEL: N01

Sumário

Conquista do Território Chamado Brasil.....	03
Sermões do Padre Antônio Vieira.....	06
Cultura e Oculência do Brasil.....	08
Capítulos de História Colonial.....	10
O Brasil Holandês (1630-1654).....	14
Histórias da Gente Brasileira: Colônia.....	16
Casa Grande & Senzala.....	18
Projetos para o Brasil de José Bonifácio de Andrada e Silva.....	22
Autobiografia do Barão de Mauá.....	25
Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo - sua vida, suas opiniões, sua época.....	27
A Ilusão Americana.....	29
Os Sertões.....	32
Retrato do Brasil.....	36
Raízes do Brasil.....	40
Formação do Brasil Contemporâneo.....	47
Coronelismo, Enxada e Voto.....	51
Instituições Políticas do Brasil.....	54
Formação Econômica do Brasil.....	60
Conciliação e Reforma no Brasil.....	62
Formação da Literatura Brasileira.....	64
A Revolução Burguesa no Brasil.....	68
Os Donos do Poder.....	70
Getúlio.....	79
Brasil: Uma Biografia.....	84

Introdução à *Tropicalização Antropofágica Miscigenada*

Os cronistas da época da conquista do território a vir ser chamado de Brasil afirmam que **o alvo imediato da guerra entre os nativos** não era nem a conquista de território, nem o butim.

Porém, os Tupi-Guarani provavelmente expulsaram, incorporaram ou mataram os grupos que habitavam previamente o litoral, portanto, a expansão envolveu, sim, **conquista bélica**.

Seja como for, o **motor explícito da guerra** era *a vingança* e seu **objetivo**, *a captura de prisioneiros* — cujo destino era não a escravidão, mas *a morte e a devoração em praça pública*.

A **execução ritual** podia tardar vários meses:

1. nesse intervalo, *o cativo vivia na casa de seu captor, que lhe cedia irmã ou filha como esposa*;
2. sua condição só se alterava às vésperas da execução, quando era novamente inimizado e submetido a um rito de captura;
3. por fim, era *morto e devorado*.

A **execução** era um momento privilegiado de articulação das aldeias em *nexos sociais maiores* e estava ligada a *concepções sobre o prestígio, a reprodução humana e o destino póstumo*.

Todos os cronistas chamam atenção para **a centralidade da guerra e da antropofagia ritual** entre os Tupinambá.

Muitos deles ressaltam **a ambivalência dos índios** com *a transformação dos cativos em bens alienáveis no comércio de escravos europeu*.

A **guerra** e o **ritual canibal** eram dispositivos cruciais na *articulação dos conjuntos multicomunitários tupinambá*, ocupando uma posição que, em outros sistemas nativos, caberia à circulação de bens de prestígio e utilidades.

Dentro dessa longa e violenta tradição de **Tropicalização Antropofágica Miscigenada** se entende o Brasil reigente à contínua pressão da colonização cultural.

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama, Oswald de Andrade escreveu o **Manifesto Antropófago**, em Piratininga, Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha (*Revista de Antropofagia*, Ano 1, N. 1, maio de 1928)

Oswald de Andrade alude, ironicamente, a um episódio da história do Brasil: o naufrágio do navio em que viajava um bispo português, seguido da morte do mesmo bispo, devorado por índios antropófagos. *Do vômito de ideias-de-fora-do-lugar pensamos nós*.

Conquista do Território Chamado Brasil

Os Índios Antes do Brasil, livro de autoria de Carlos Fausto (Rio de Janeiro; Zahar; 200?), lembra-nos que não houve “**descoberta do Brasil**”, como é praxe encontrar na historiografia brasileira, mas sim **conquista de um largo território já ocupado por nativos** há milênios.

Para conhecer **os índios antes do Brasil** temos que:

1. recorrer às evidências fornecidas pela arqueologia e pela linguística histórica,
2. conhecer as descrições legadas pelos colonizadores e missionários dos séculos XVI e XVII e
3. estudar as populações indígenas contemporâneas.

O que **os grupos indígenas contemporâneos** podem nos dizer sobre *as populações do passado*?

Será que **os sistemas sociopolíticos e cosmologias atuais** guardam *alguma semelhança com aqueles existentes na época da conquista*?

Em matéria de demografia e geografia, as **dessemelhanças** são notáveis:

1. hoje há possivelmente 1/20 da população indígena de então, e
2. a calha dos grandes rios e o litoral encontram-se reocupados por pessoas que não se identificam como índios.

Todavia, Carlos Fausto sugere que *a etnologia pode fornecer um olhar crítico às interpretações históricas e arqueológicas*: para isso, no entanto, deve-se explorar um *plano de continuidades entre o passado e o presente* que nem sempre é evidente.

Os **sistemas sociais indígenas** existentes às vésperas da conquista não estavam isolados, mas articulados local e regionalmente.

Ao que tudo indica, *vastas redes comerciais uniam áreas e povos distantes*.

Movimentos em uma parte produziam efeitos em outra, por vezes a quilômetros de distância.

O comércio, a guerra e as migrações articulavam as populações indígenas do passado de um modo mais intenso do que observamos hoje.

Uma **visão continental** é também necessária porque *muitos dos modelos sobre a pré-história e a história do continente* foram forjados a partir de *uma oposição entre as terras altas e as baixas*:

- de um lado, *a grande formação montanhosa andina*, que se ergue paralela à costa do Pacífico;
- de outro, todo o resto a leste, mas, principalmente, *a floresta tropical*.

Oposição entre terrenos áridos e montanhosos, grandes escarpas, vales-oásis e costas secas, e uma floresta luxuriante, verde, densa e úmida:

- *nessas matas, porém, não floresceu uma civilização capaz de cultivar intensivamente o solo, domesticar animais, dominar a metalurgia e conhecer os ardis do poder;*
- *ao contrário, foi na aspereza andina que se ergueu um império, cujos traços ficaram marcados em pedra e metal.*

Na visão que é contemporânea à própria “descoberta” do Novo Mundo, *os índios do Brasil foram logo caracterizados como gente sem religião, sem justiça e sem Estado.*

No século XIX, *outras dicotomias somaram-se à oposição entre natural e civil — parentesco versus política, sangue versus território, status versus contrato —, constituindo um corte entre:*

1. sociedades organizadas por laços de parentesco (mais “naturais”) e
2. aquelas estruturadas segundo vínculos políticos (mais “sociais”).

Os Andes e a costa do Pacífico, ao contrário, surgiam como o principal, senão único, **centro de invenção cultural no continente** ou lugar de origem:

1. da domesticação de plantas e animais,
2. da manufatura de cerâmica,
3. do uso do metal,
4. de um sistema religioso baseado no trio sacerdote-templo-ídolo,
5. da centralização política e
6. da estratificação social.

Segundo uma visão profundamente enraizada na cordilheira em tempos coloniais, *o império inca teria uma fronteira intransponível a leste, ali onde se estendia uma floresta malsã e perigosa, povoada por gente selvagem de costumes animalescos.*

Tal versão da **relação entre terras altas e sua vertente oriental** foi elaborada a partir de uma *visão nativa*, anterior à colonização espanhola, que resultou das *fracassadas tentativas de expansão inca sobre a mata tropical.*

Os **exércitos imperiais**, acostumados a percorrer grandes extensões em estradas bem providas e a lutar em campo aberto, *definhavam e morriam na vegetação cerrada.*

Perdiam-se, adoeciam, passavam fome e eram *alvo fácil das setas certas dos guerreiros da floresta.*

Os **incas**, e depois os **espanhóis**, construíram uma **dicotomia** entre,

1. de um lado, formações plenamente “políticas” do altiplano e,
2. de outro, aquelas quase “naturais” das terras baixas.

A **floresta** seria, assim, *associada negativamente às artes da civilização e positivamente aos poderes mágicos do xamanismo, oscilando entre o natural e o sobrenatural.*

A cultura e o estado civil, por sua vez, ficariam reservados às **terras altas**.

Quando os portugueses aqui chegaram, encontraram *índios dispersos ao longo da costa com ramificações profundas pelo o interior, sempre acompanhando o vale dos rios*.

Eles evitavam as **regiões mais áridas**, assim como *as altas altitudes*, onde o clima é mais frio, preferindo *as matas pluviais tropicais ou subtropicais*.

Com base em algumas diferenças em língua e cultura, distinguem-se **dois blocos subdividindo o conjunto tupi-guarani**:

1. ao sul, os **Guarani** ocupavam as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia (SP);
2. ao norte, os **Tupinambá** dominavam a costa desde Iguape até, pelo menos, o Ceará, e os vales dos rios que deságuam no mar.

No interior, a **fronteira** recairia entre os rios Tietê e Paranapanema.

A **adaptação ao meio era caracteristicamente amazônica**, baseada na agricultura de coivara, na pesca e na caça:

1. entre os **Guarani**, o milho parece ter sido o cultivar de base,
2. enquanto os **Tupinambá** enfatizavam a mandioca amarga para produção de farinha.

Excelentes **canoeiros**, ambos faziam *uso intenso dos recursos fluviais e marítimos*.

Explorando *ecossistemas ricos e diversificados*, esses povos alcançaram **um patamar demográfico elevado**:

- *na faixa litorânea viviam cerca de 1 milhão de Tupinambá (9hab/km²)*,
- *estima-se a presença de 1,5 milhões de Guarani (4hab/km²) na área meridional*.

A despeito das incertezas, as **crônicas da época** deixam claro que *as populações eram muito maiores do que as hoje encontradas na Amazônia*.

A **taxa de despovoação** durante *os dois primeiros séculos da colonização* foi brutal, dizimando os Tupi-Guarani devido a:

1. *as guerras*,
2. *as expedições para captura de escravos e*, principalmente,
3. *as epidemias e a fome*.

Em 1562, por exemplo, uma **epidemia** consumiu, em três meses, cerca de 30 mil índios na Baía de Todos os Santos.

No ano seguinte, a **varíola** completou o serviço, matando de 10 a 12 índios por dia; *um terço da população aldeada pelos jesuítas sucumbiu*.

Em 1564, veio, por fim, a **“fome geral”**, pois nada se plantara nos anos anteriores.

Sermões do Padre Antônio Vieira

João Adolfo Hansen, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999) resenha os *Sermões* do Padre Antônio Vieira.

O jesuíta Antônio Vieira foi um dos maiores **intérpretes do Brasil** do século XVII.

Mas fez isso como um membro notável da **casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes**.

Seu objetivo principal foi promover *a integração harmoniosa dos indivíduos, estamentos e ordens do Império português, desde as castas dos aristocratas até os párias* – escravos negros e índios –, visando sua “redenção coletiva como um ‘corpo místico’ unificado”.

Vieira sacraliza a dinastia dos Braganças, adotando **a concepção católica da predestinação divina da Monarquia Absolutista**, em um período (1624-1697) em que na Inglaterra uma guerra civil questionava-a e transformava-a em **Monarquia Constitucionalista ou Parlamentarista**.

No **Concílio de Trento em 1536**, reunido para combater a Reforma protestante, teólogos jesuítas e dominicanos declararam a *tese da sola scriptura* herética, delimitando a tradição de só se ler os textos canônicos autorizados pela Igreja.

Nos países católicos, *a posse particular da Bíblia e sua leitura individual* foram proibidas!

Então, a Igreja achou imprescindíveis, para dominar corações e mentes, *os ritos visíveis e a espetacularização dos sacramentos*, impondo **a audição coletiva da pregação**.

Contra Lutero, o interior dos templos tornou-se *um espaço de luxo e pompa*, envolvendo os sentidos dos fiéis com a profusão de imagens, músicas, perfumes e pregações.

O **púlpito** passou a ocupar uma posição elevada, significando a autoridade do pregador sobre a audiência inculta.

Renovou-se *o calendário litúrgico e novas festas religiosas (e mercantis)* com novos santos sendo celebrados.

Embora na oratória sagrada do século XVII **o tema** fosse totalmente imposto pelo *calendário litúrgico* e pela *obrigação de tratar textos bíblicos*, com conteúdos específicos escolhidos previamente, **Vieira** conduzia os temas para as *questões políticas e econômicas* que mais lhe interessavam.

A **adaptação**, chamada de *concordância*, consistia em demonstrar *semelhanças proféticas* entre o sentido da vida dos homens e acontecimentos da bíblia, tais como os eventos do presente.

A **semelhança** era interpretada como fosse *a presença providencial de Deus orientando uns e outros* tanto no passado quanto no presente.

A **oratória sacra dos jesuítas portugueses** defendeu a *íntima fusão dos poderes estatal e sacro*, visando a “conservação” e o “aumento” da Monarquia como aperfeiçoamento da “política católica” do Estado absolutista aliado ao Papa.

Em toda sua obra, **Padre Vieira** visava a *subordinação de todos os estamentos sociais ao “bem comum” do reino*.

No **pacto da sujeição**, o rei tinha o *monopólio* da violência militar, jurídica e fiscal, conferindo os *privilégios* que hierarquizavam os indivíduos e as ordens sociais.

O **rei** não tinha superior mundano, pois era *absoluto*, ou seja, “absolvido” ou “livre” do poder coercitivo das leis mundanas.

Como **rei católico** deveria, necessariamente, *seguir a lei natural de Deus – estabelecida pela sua representação terrena, a Santa Fé Católica Romana* – para que seu governo fosse legítimo.

Se fosse **tirânico**, em sua *desobediência*, poderia então ser *destronado e morto* pelos súditos.

Era um **sermão conservador**, pois implicava em reconhecimento de que *a desigualdade era natural*, devendo cada indivíduo necessariamente contentar-se com a sorte que lhe cabia na hierarquia social.

Padre Vieira fazia inclusive **sermões bélicos**, seja contra a Espanha, seja contra os invasores holandeses.

Toda obra de Vieira está relacionada com *as questões éticas, políticas, econômicas, religiosas e jurídicas que agitaram interna e externamente a sociedade portuguesa*, no século XVII, envolvendo os reis da Casa de Bragança e os dos demais reinos.

Cultura e Opulência do Brasil

Janice Theodoro da Silva, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira *Cultura e Opulência do Brasil* de autoria de André João Antonil (1649-1716), nascido na Itália e falecido na Bahia, Brasil.

Depois de entrar para a Companhia de Jesus e estudar Direito Civil, chegou aqui com 32 anos (próximo a 1680), disposto a *avaliar detalhadamente os homens que aqui viviam e as riquezas que o Brasil poderia oferecer a Portugal*, preocupando-se em compreender **senhores e escravos**, agentes centrais da nossa economia e vida colonial.

A **obra**, escrita depois de 25 anos de experiência e observação em solo brasileiro, foi publicada em 1711.

Porém, foi *em grande parte destruída em cumprimento ao veto e sequestro régio*, confisco realizado para evitar exposição das riquezas da colônia à cobiça de outras Nações, responsáveis por saques constantes na costa brasileira: França, Holanda e Inglaterra não poderiam ter o conhecimento desse potencial extrativo.

Antonil procurou deixar registrado tudo que aprendeu sobre **os engenhos**, refazendo passo a passo *todo o processo de produção do açúcar, tabaco, mineração e criação de gado*.

A **Conclusão** a que chega o autor, ao analisar as relações entre o Brasil e Portugal, diz respeito à *utilidade que o Brasil poderia ter para o reino português*.

Retrata as inquietações daqueles homens que habitam o vasto território brasileiro e atuam, de formas diferenciadas, nesse *enorme esforço de construir o que se denominava uma “economia cristã”, baseada no escravismo*.

Ele reconhece: *“os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”*.

Procurando demonstrar **a opulência do Brasil em proveito do reino de Portugal**, Antonil resume o que apontou nas quatro partes de sua obra, dimensionando cada qual em valor:

1. todo **o açúcar** é mais do que o dobro de todas as demais riquezas reunidas,
2. **o ouro** representa pouco mais que $\frac{1}{4}$ dele,
3. **o tabaco** metade do ouro ($\frac{1}{8}$ do açúcar), e
4. **o couro** cerca de $\frac{1}{12}$ do açúcar.

A esses **valores** soma:

1. o pau-brasil de Pernambuco,
2. o contrato das baleias,
3. o contrato dos dízimos reais,

4. o contrato dos vinhos,
5. o contrato do sal,
6. o contrato das aguardentes,
7. o rendimento da Casa da Moeda,
8. os direitos que se pagam nas alfândegas dos negros que vêm de Angola, São Tomé e Mina.

Tudo isso reunido faz ver **a utilidade do Estado do Brasil à Fazenda Real**.

Sua **conclusão** é que *é justo, tanto para a Fazenda Real quanto para o bem público, favorecer a conquista e o desenvolvimento econômico do Brasil.*

Em contrapartida, nas entrelinhas, Antonil:

- critica a morosidade da máquina administrativa da colônia, assim como
- demandava “a multiplicação das igrejas, para que todos tivessem mais perto remédio para suas almas”...

A **organização da economia colonial brasileira** e o **aprimoramento da vida religiosa**, sem dúvida, garantiriam a expansão do processo produtivo e da comercialização do açúcar, tabaco, ouro e gado, mediante práticas econômicas baseadas no **mercantilismo**.

O “**primeiro economista no Brasil**” destaca também *o fabuloso custo humano necessário para a produção do açúcar, tabaco e ouro.*

Capítulos de História Colonial

Ronaldo Vainfas, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira *Capítulos de História Colonial* de autoria de Capistrano de Abreu.

Capistrano de Abreu (1853-1927), um cearense com formação tipicamente autodidata sem diploma de curso superior, foi membro da **casta dos sábios-intelectuais**.

O interesse de Capistrano pelas **relações entre História e Geografia** e sua convicção de que as sociedades eram profundamente marcadas pela *cultura* e pelo *meio geográfico* estariam presentes no *Capítulos de História Colonial*, obra clássica da historiografia brasileira.

Seu **plano de escrever uma “nova história” do Brasil** foi acalantado mais ainda quando preparou uma reedição crítica da obra da história brasileira “oficiosa” mais lida até então, a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen (paulista de Sorocaba e filho de alemães), publicada originalmente em cinco volumes de 1854 a 1857.

Este contou *uma história do Brasil à feição dos interesses imperiais* da **elite dominante**, centralizadora e escravocrata.

Varnhagen só acompanhava os **fatos oficiais** da “descoberta” de 1500 à chegada da “corte joanina” em 1808 ao Brasil, louvando *a dinastia de Bragança*.

Era uma *história elitista, laudatória dos “vencedores”* da **casta dos aristocratas fundiários**, que:

1. desprezava o índio,
2. mal falava do negro, e
3. desconfiava sempre das rebeliões, desqualificando-as.

Já na época membros da **casta dos sábios-intelectuais** achavam que o núcleo de uma história do Brasil deveria ser *a “fusão das três raças” – o branco português, o índio, o negro africano* –, proposta muito inovadora para uma época em que:

1. o tráfico negreiro estava no auge e
2. o índio estava quase exterminado, ao menos no litoral.

Capistrano deplorava a falta de sensibilidade de Varnhagen em relação à *vida social, às diversidades regionais* e ao *povo*.

Porém, o autor não acatou a ideia circulante que a história do Brasil devia ser escrita elegendo *“a fusão das três raças” como problemática central*, pois o livro é acanhado no tratamento do **tema da miscigenação**.

Capistrano desejava introduzir **assuntos até então pouco estudados**, por vezes desconhecidos, como:

1. *as bandeiras,*
2. *as minas,*
3. *as entradas,*
4. *a criação de gado.*

Lançando o foco na verdadeira *competição entre franceses e portugueses*, logo nas primeiras décadas do século XVI, questiona *o direito português às terras brasileiras ao articular a disputa europeia no Brasil com as rivalidades entre grupos indígenas*, tupinambás e tupiniquins – ambos da fala tupi –, porém lutando em lados opostos.

Quanto ao **regime de donatarias ou capitanias hereditárias**, “organização feudal”, Capistrano mostra *o fracasso de várias delas*, umas abandonadas em face dos ataques indígenas, outras nem sequer ocupadas, quase todas *desprotegidas*, sendo exceções que confirmam essa regra São Vicente e Pernambuco.

Com *a ascensão de reis espanhóis ao trono português*, há consequências favoráveis para o Brasil a partir de 1580, pois foi **o começo da expansão territorial**:

1. rumo à bacia do Prata, no Sul, e
2. rumo ao Amazonas, no Norte.

Depois de tratar da **expansão lusitana rumo ao norte**, o Rio Grande do Norte, o Maranhão, o Amazonas, Capistrano adentra no século XVII.

Ele considera o fato de espanhóis terem se entronizado em Portugal, com a metrópole lusitana perdendo autonomia política, *favorável ao Brasil*, porque foi nesse período que:

1. se acelerou a expansão rumo ao interior e ao Amazonas e
2. se deu a eliminação completa das tentativas de invasão francesa.

No entanto, os portugueses foram os vencedores dos flamengos, que haviam vencido os espanhóis, enquanto estes eram senhores de Portugal, **no período de**:

1. as invasões holandesas,
2. a dominação de Pernambuco e adjacências pela Companhia das Índias Ocidentais,
3. as guerras de resistência e das guerras de expulsão, sobretudo,
4. a Insurreição Pernambucana de 1645 a 1654.

Capistrano lança o foco nas entranhas da América Portuguesa, no “**Sertão**”, não como sinônimo da *caatinga árida*, mas em alusão ao *interior do vasto território* ainda não conquistado ou não densamente ocupado.

Põe-se o autor a esmiuçar **as jornadas de expansão bandeirante** a partir de São Vicente, rumo ao Sul ou a Oeste, *alargando as fronteiras do antigo Tratado de Tordesilhas*, e novamente a expansão para o Norte, a ocupação do seu Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas.

Neste capítulo, houve quem visse no livro de Capistrano uma *versão brasileira* daquele livro de historiador que elege **a expansão da fronteira como tema-chave** da história dos Estados Unidos.

A expansão, no centro, levaria à *descoberta de ouro* e à construção de uma sociedade colonial muito diferente da litorânea, **a sociedade das Minas Gerais**.

Capítulos de História Colonial revela que há, então, **múltiplos Brasis**, *ao invés de um Brasil só*, e uma *diversidade* na história da cultura material e na história social.

Ele faz uma análise da diversidade da sociedade, isto é, da **estratificação social**, indicando que *entre senhores e escravos* havia padres e frades, artesãos e mascates, homens livres pobres e mestiços tocados pela fortuna:

- brancos oprimidos pelo convencionalismo,
- negros oprimidos pela escravidão.

Revela também um menos caso típico da intelectualidade brasileira em face da **miscigenação** como se os mulatos fossem rebeldes por nascerem mestiços.

Apesar da concessão ao *estereótipo racista*, Capistrano vai além e adentra o cotidiano, os valores coletivos dos Brasis, sempre diferenciados, rascunhando as **mentalidades**, tipo na *Casa Grande* o modelo do “pai taciturno, mulher submissa, filhos apavorados”.

O **matriarcado** também prosperou em muitas regiões e circunstâncias do Brasil antigo.

Enfim, a **tese** do livro *Capítulos de História Colonial* é que há, então, *o predomínio de forças dissolventes*.

Três séculos de **colonização** não alteram esse quadro, quando não se agrava pelo *alargamento das fronteiras territoriais*.

Não havia **nenhuma força de coesão** e manifestações coletivas eram só passageiras.

Vida social não havia, pois *não havia ainda sociedade brasileira*, quanto mais “consciência nacional” na ausência de um Estado nacional.

Não fosse a “comunidade ativa da língua” – **o português** – e “a comunidade passiva da religião” – **a católica** – e mal se poderia divisar *o que era afinal a América portuguesa*.

Capistrano não adotou **a simbologia da República** de *uma nacionalidade propagandeada pela casta dos guerreiros militares*.

Tal como cabe a alguém da **casta dos sábios-intelectuais**, colocou *a sociedade colonial como a verdadeira protagonista da História*.

Sociedade múltipla e diversificada, com seus contrastes e tensões, *das interações entre seus componentes que emerge o complexo Brasil*.

O Brasil Holandês (1630-1654)

Evaldo Cabral de Mello, em sua Introdução ao livro “*O Brasil Holandês (1630-1654)*” afirma que “a história da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, a independência nacional e a expansão colonial marcharam de mãos dadas no decurso dos **oitenta anos de guerra contra a Espanha (1568-1648)**”.

A **historiografia** tende basicamente a encarar de duas maneiras, que não são excludentes, *as origens do império marítimo que os batavos começaram a edificar em fins do século XVI e que em boa parte chegou até a independência da Indonésia*.

1. A primeira maneira, estritamente **monocausal**, interpreta o surto ultramarino em função do imperativo de *aceder às fontes de comércio e de riqueza que os embargos opostos pela Espanha à navegação da Holanda lhes negavam*.
2. A segunda maneira, como **uma das facetas do processo** pelo qual a Holanda tornou-se, no umbral do seu Século de Ouro, “*a primeira economia moderna*” e *a principal potência marítima*.

Portugal e os Países Baixos tinham uma **longa história de relações comerciais** quando, em 1580, *o Reino [português] uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos, na esteira da crise dinástica desencadeada pela morte de d. Sebastião no norte da África*.

Tais relações não poderiam escapar às **consequências do conflito hispano-neerlandês**, a começar pelos *sucessivos embargos sofridos por navios batavos em portos da Península*, medidas que afetavam o suprimento de certos produtos indispensáveis à economia das Províncias Unidas.

Destacava-se, especialmente, *o sal português de que dependia a indústria da pesca*, então uma das vigas mestras da prosperidade holandesa, além de produto crucial ao *moeder negotie*, isto é, às atividades mercantis da República no Báltico.

Quando, no **decênio final do século XVI**, *os Países Baixos consolidaram militarmente na Europa sua independência da Espanha*, a ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina, visando à *destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos*.

Nos primeiros anos do século XVII, a **Companhia das Índias Orientais**, sociedade de ações operando mediante monopólio outorgado pelo governo neerlandês, promoveu *o comércio e a colonização na Ásia em detrimento da presença espanhola e portuguesa naquela parte do mundo*.

A partir da fundação em 1621 da **Companhia das Índias Ocidentais**, *idêntico modelo institucional foi adotado para as Américas e para a costa ocidental da África*.

A essa altura, contudo, **o açúcar brasileiro** passara a representar não um negócio propriamente holandês, mas *uma atividade eminentemente controlada pela comunidade sefardita de origem portuguesa estabelecida em Amsterdã* para fugir:

1. à perseguição do Santo Ofício na península Ibérica e

2. à reconquista pela Espanha do porto de Antuérpia, que constituiu até 1585 o grande entreposto português no norte da Europa.

Graças à regularidade e frequência desses contatos, *dispunha-se na Holanda de um excelente conhecimento não só das condições econômicas e sociais, mas também do litoral do Nordeste, dos seus portos e até do traçado urbano de Olinda, conhecimento indispensável à preparação e à execução dos ataques primeiro contra a Bahia e depois contra Pernambuco.*

A partir da venda dos engenhos confiscados em 1637, esboçou-se um **primeiro momento de euforia comercial** que, contudo, não resistiria *às perspectivas do ataque naval a ser desfechado pela armada luso-espanhola nem à queda do preço do açúcar, o qual, ao cabo de um período secular de alta, retraiu-se entre 1638 e 1643.*

Os comerciantes da metrópole passaram a exigir de seus representantes e comissários no Brasil importantes somas, em pagamento do que lhes haviam fornecido.

Obrigados a remeter às suas matrizes na Holanda todo o dinheiro de que podiam dispor, os negociantes locais passaram a experimentar **grande escassez de numerário**, o que certamente haveria de afetar de maneira profunda o movimento geral.

Na **explicação da crise comercial**, recua-se até os anos de 1638-9, quando principalmente os portugueses do Brasil holandês, haviam assumido *compromissos excessivos para a aquisição de engenhos, canaviais, escravos e outras utilidades.*

Desfeitas as esperanças dos lusos, viram-se estes ante *a necessidade de honrar seus compromissos.* Contudo, novos sortimentos chegavam da Holanda e novas compras faziam os portugueses, *amontoando dívidas sobre dívidas* até que, devido à **impontualidade dos pagamentos**, sentiram estes *seus créditos escassear* também com os comerciantes, que passaram a exigir a liquidação de seus débitos.

Houve também uma grande mortalidade entre negros e brasileiros, vítimas de uma moléstia infecciosa, endêmica entre os nativos, chamada *bexiga* e semelhante à *varíola europeia.*

Esses **escravos**, em sua maioria, tinham sido adquiridos com preços elevados, e, conseqüentemente, *sua perda acarretava a ruína dos lavradores*, que ainda tinham que se haver com *as pragas e inundações frequentes*, causadoras de consideráveis danos aos canaviais.

Entre *as raízes da crise que levou o Brasil holandês à derrocada*, encontravam-se também **as dívidas da Companhia das Índias Ocidentais.**

Como em todas os *booms*, seguidos de *crash*:

- na **fase de euforia**, há excesso de oferta e tomada de crédito;
- já na **fase de pânico**, tem de se amortizar as dívidas ou as refinar, porém, nesse estágio predomina o racionamento do crédito.

As dívidas, por causas dos juros compostos, crescem cumulativamente, indo muito além da receita esperada quando foi tomada.

No **caso do Brasil holandês**, isso se deu porque os diretores da Companhia, que antes de 1640 dirigiam os negócios no Brasil, venderam a crédito a maior parte das propriedades confiscadas, engenhos de cana, mercadorias e até negros comprados na África por conta da Companhia, de modo que seus livros estavam repletos de débitos de terceiros, mas a caixa vazia de dinheiro.

Segundo Johan Maurits van Nassau-Siegen, **o aumento do valor do dinheiro holandês circulante no Brasil holandês** relativamente ao valor das moedas na metrópole permitiria inclusive expulsar o dinheiro espanhol.

Os prejuízos que se observavam provinham do dinheiro espanhol, pois enquanto os holandeses estavam sob a ameaça da armada espanhola, os portugueses empregaram todo o esforço para obter moedas espanholas e as entesouraram.

Os holandeses ficaram, assim, privados de dinheiro, o que não aconteceria se no Brasil holandês corresse somente moedas holandesas.

Neste caso, observar-se-ia o contrário: quando se receasse mudança no Estado, como os portugueses então supunham, eles receariam também que o dinheiro holandês não tivesse valor para eles, e o dinheiro havia de voltar em abundância para o Recife.

Os depoimentos da época são unânimes no tocante à **carestia monetária do Brasil holandês**: a derrocada deste teve a causa econômico-financeira em destaque face à causa militar.

Histórias da Gente Brasileira: Colônia

No livro de Mary Del Priore, *“Histórias da Gente Brasileira: Colônia”*, encontramos o **DNA da sociedade brasileira**:

1. exploradora e discriminadora dos **párias** (mestiços, negros e nativos) e
2. conciliadora entre a **casta dos aristocratas governantes** (oligarcas regionais proprietários de terra) e a **casta dos comerciantes grandes financistas e usurários**.

Tudo isso garantido pela segurança imposta pela **casta dos guerreiros**.

A **casta dos sábios** ainda se reduzia aos *sábios-sacerdotes* que louvavam a Monarquia Absolutista católica. E a **casta dos trabalhadores organizados** era inexistente.

Impressionava na **colônia portuguesa nas Américas**:

1. a intensidade de negócios,
2. o número de embarcações ancoradas nos portos,
3. os muitos artesãos e pequenos comerciantes engajados na atividade mercantil.

Algumas cidades funcionaram como *entrepósitos de mercadorias* vindas de outras capitanias e mesmo da metrópole, caso do **Rio de Janeiro** e de **Ouro Preto**.

Essa última, então capital de Minas Gerais, recebia vinho, manufaturas, ferramentas, escravos e remédios, revendendo-os a outros núcleos habitados.

Dentro das capitanias, circulavam **os produtos da terra**: toucinho, aguardente, açúcar, couro, gado e algodão, além de milho e feijão.

Era preciso comprar, vender, distribuir, lucrar ou perder com tantos produtos.

Milhares de **vidas envolvidas com negócios** deram um perfil diferenciado à sociedade colonial:

- até o século XVIII, **“negociante”** era palavra que abarcava diferentes ocupações;
- até cem anos antes, **“mercador”**, **“homem de negócios”** e **“cristão-novo”** eram *sinônimos revestidos de impopularidade*.

Na hierarquia medieval cristã, *o comerciante ficava abaixo das artes mecânicas*, pois, ao comercializar o fruto de artes e ofícios, ele era considerado **um parasita**.

Apenas no século XVIII o estigma começou a se esvaír, pois a administração do marquês de Pombal, em Portugal, decretou, em 1770, que *o “comércio era profissão nobre, necessária e proveitosa”*.

A **casta dos aristocratas** de Portugal, antes da Guerra da Independência norte-americana (1775–1783) e da Revolução francesa (1789), reconheceu a **casta dos comerciantes**, refletindo o contexto das revoluções burguesas em outros países.

A tradição luso-ibérica, cuja herança nos influencia até hoje, já era de **conciliação** e não de **revolução**: *entregavam-se os anéis para não perderem os dedos.*

Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), no romance *Il gattopardo* (O Leopardo): “A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, **eles nos submeterão à República**; *para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude*”.

A presença israelita no comércio da colônia de Portugal nas Américas foi incontornável: *inseridos na vida social, política e administrativa baiana, a maior parte da população da capital seria constituída por judeus ricos que cultivavam o comércio e/ou o crédito comercial.*

Tanto era o **preconceito antissemita** que, *quando um cidadão quisesse que um dos filhos seguisse a carreira eclesiástica, ele era obrigado a provar que seus antepassados eram cristãos.*

No início do século XIX, de passagem por Minas Gerais, o viajante Saint-Hilaire escutaria o adágio “*pai taberneiro, filho cavaleiro, neto mendicante*”, sobre **fortunas construídas no comércio e perdidas na lavoura.**

Os “**comerciantes de grosso**”, poderosos e importantes para os interesses do Estado, eram *grandes financistas e usurários*, diferenciando-se dos **comerciantes que vendiam “a retalho”**, ou seja, *que tinham lojas.*

Eles podiam exercer qualquer atividade: *especulavam, financiavam, asseguravam, armavam navios, arrematavam comendas, além de contratos públicos e privados etc.*

O comércio era, sobretudo, de escravos: *com fortunas superiores aos senhores de engenho ou grandes agricultores, eles almejavam, porém, a terra e o poder que essa simbolizava.*

A **terra**, e apenas ela, *nobilitava, enobrecia*, enquanto *a atividade comercial urbana continuava malvista pela sociedade.*

Eram **arcaicos**: em vez de se inserirem na **mentalidade da burguesia mercantil** que prosperava no norte da Europa e nos Estados Unidos da América, *tais comerciantes de grosso sonhavam com títulos honoríficos e grandes plantações*, como seus ancestrais alfacinhas.

Casa Grande & Senzala

Publicado em 1933, *Casa Grande & Senzala* compõe, com *Sobrados & Mocambos e Ordem & Progresso*, o conjunto denominado pelo autor de “**Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil**”:

1. o primeiro volume dedica-se ao *estudo da formação da família brasileiro em regime de economia patriarcal*;
2. o segundo, à *decadência do patriarcado rural e ao desenvolvimento das cidades*;
3. o terceiro à *desintegração da sociedade patriarcal no quadro da transição do trabalho escravo para o trabalho livre*.

Os textos enfocam *períodos diferentes da história brasileira*, respectivamente, **Colônia, Império e República**.

Escrito três anos depois das alterações políticas de 1930, *Casa Grande & Senzala* se insere no **debate sobre a formação nacional** para a *formulação do cenário político* em que a **centralização administrativa** altera o lugar não apenas das regiões como dos grupos que exercem o poder local e regional.

O **planejamento das políticas públicas** demandava *uma definição do público alvo de cada qual*, isto é, *o conhecimento mais profundo da sociedade brasileira*.

Nesse cenário, o livro responde a **questões** tais como as seguintes.

- Quem é o povo brasileiro?
- Podemos falar de uma unidade nacional?
- Podemos pressupor a existência de uma cultura brasileira?
- Esse perfil corresponde às exigências da civilização ocidental e, portanto, o Brasil pode figurar no concerto geral das nações?

A **louvação do povo e da cultura brasileira** feita por Gilberto Freire faz contraponto principalmente com *as críticas* de Oliveira Viana e Paulo Prado. Ele estabelece uma polêmica a respeito de:

1. a questão racial,
2. o determinismo geográfico e
3. o papel desempenhado pelo patriarcado na configuração da sociedade brasileira.

Gilberto Freire reconstitui **a vida íntima dos componentes da sociedade patriarcal**, recuperando *a história da vida privada cotidiana no complexo agrário-industrial do açúcar*.

Sua **concepção sobre a sociedade brasileira** fundamenta-se na *articulação de três elementos*:

1. o patriarcado,
2. a interpenetração de etnias e culturas e
3. o trópico.

Esses **marcos definidores da formação nacional** correlacionam-se, de modo que *cada um deles encontra sua explicação no cruzamento com os dois outros*, dessa combinação resultam as diferentes **teses** que fundamentam *a explicação da sociedade brasileira*.

Gilberto Freire faz **a recuperação dos usos e costumes do povo**, para encontrar neles as *raízes culturais* e sua relação com os grupos formadores da sociedade brasileira.

Ao contrário de outros autores, a **diferença entre raça e cultura** orienta sua interpretação, seja quando trata do tema **miscigenação**, seja quando se preocupa com **o destino do Brasil**.

Enquanto para a maioria dos autores anteriores a Freire *o caráter do povo brasileiro seria resultante da mestiçagem*, definindo-se pela tristeza, preguiça, luxúria, ou seja, por heranças das “raças inferiores”, sua **tese** é que os traços de fraqueza física, a debilidade e a aparente preguiça têm *origem social e cultural e não racial*.

Explicam-se pela *subnutrição* e pela *doença*, ao contrário do que sugere o “racismo científico”.

Gilberto Freire amplia esse debate, aplicando-o à **organização política**: as bases culturais justificam que construa sua *explicação sobre o autoritarismo assentado em razões de caráter cultural e não político*.

Reconstruindo as relações entre senhor branco/negra escrava, sinhozinho/moleque, sinhá/mucama, mostra que são marcadas pelo **sadismo** dos primeiros e o **masoquismo** dos segundos!

Deveria examinar outras **hipóteses alternativas** como:

1. *o conformismo ao destino pessoal* pregado pela Igreja católica ou
2. *a ordem unida* imposta pela força da casta dos guerreiros.

Dariam **maior substância cultural e objetividade** à sustentação desse *discurso da servidão voluntária*.

Cientistas sociais denunciam a **tese da democracia racial** como *mito que funda uma consciência falsa da realidade*: a igualdade de oportunidades entre negros e brancos.

Destacam-se **dois eixos explicativos**:

1. a discriminação entre os efeitos da *herança racial* e os de *influência social, cultural e de meio*;
2. o peso do *sistema de produção econômica* sobre a estrutura da sociedade.

A partir deles, ao examinar a sociedade brasileira, aponta para o fato de serem **condicionantes fundamentais das relações existentes entre brancos e não-brancos**:

1. a monocultura latifundiária do açúcar e
2. a escassez de mulheres brancas.

Duas forças operam:

1. do *modelo econômico* resulta uma **dominação patriarcal** não apenas sobre a família e os escravos, mas também sobre os agregados e os homens livres;
2. da *escassez de mulheres brancas* resulta a **possibilidade de “confraternização entre vencedores e vencidos”**, gerando-se filhos do senhor com a escrava, operando a miscigenação como corretor da distância social “entre a Casa Grande e a mata tropical”, ou seja, entre a *Casa Grande* e a *Senzala*.

Em outros termos, *as possibilidades de a sociedade brasileira, em sua estrutura, extremar-se entre senhores e escravos foi contrariada pelos efeitos sociais da miscigenação*, agindo esta no sentido de “**democratização social**” no Brasil.

A Casa Grande figura o **sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil**, sistema de contemporização entre tendência aparentemente conflitantes:

1. o colonizador tentando *impor* as formas europeias à vida nacional,
2. o colonizado atuando como *adaptador* dessas formas ao meio ambiente natural.

Nesse sentido, a Casa Grande opera como **centro de coesão social**:

1. representa todo um sistema econômico, social e político e
2. age como ponto de apoio para a organização nacional.

É o modo pelo qual se realiza o **caráter estável da colonização portuguesa** de *marca agrária, sedentária, plástica e harmoniosa*.

Por isso, na formação nacional, *a Casa Grande representou papel marcante, vencendo a Igreja* e, em certos momentos, até mesmo *o Estado*.

O **estudo da Casa Grande** acaba por ser “a história íntima de quase todo o brasileiro”, pois foi aí “que se exprimiu o caráter brasileiro: a nossa continuidade social”. Daí o título:

- **Casa Grande** é o símbolo de um status – o de **dominação**;
- **Senzala** – o de **subordinação** ou **submissão**;
- o **&** entre as duas palavras é **símbolo da interpenetração**, mostra “a dinâmica democratizante com corretivo à estabelecida hierarquia”.

Em outras palavras, para Gilberto Freire, *no Brasil, não se realizam as formas tradicionais de dominação*, havendo uma **inversão do processo**, mudando-se os sinais que alocam socialmente os indivíduos.

Este é o **mito da democracia social e da harmonia racial**, pregado pelos dominadores da Casa Grande para controle dos dominados da Senzala...

A sociedade brasileira começou a se organizar, civilmente, segundo Gilberto Freire, quando se alterou *o caráter exclusivamente mercantil-extrativista* da colonização portuguesa e se estabeleceu, no Brasil, *uma exploração da produção agrícola* de cana-de-açúcar.

Com isso se definiu **a singularidade do processo brasileiro**, embora similar ao norte-americano da grande *plantation* de algodão, diferente da atuação de Portugal na Índia e na África.

Argumenta que **a aptidão do português para esse desenvolvimento estável**, possível graças à *escavidão*, primeiramente do *indígena*, posteriormente *negra*, deve-se ao **hibridismo** resultante de seu passado histórico de “povo indefinido entre a Europa e a África”, devido à invasão moura da península ibérica.

A **sociedade colonial no Brasil** desenvolveu-se, *patriarcal e aristocraticamente*, à *sombra das grandes plantações de cana-de-açúcar*, não em grupos de nômades a esmo em atividade de **extrativismo**. Em sua **visão liberal**, Freire acha que *esta colonização não é obra do Estado português, mas sim da iniciativa particular*, que promove:

1. a mistura de raças,
2. a agricultura latifundiária e
3. a escravidão.

Não é o caso de se indagar qual foi o papel da **casta dos guerreiros** e da **casta dos sábios-sacerdotes** na submissão dos **párias cativos**, seja *nativos*, seja *africanos*? E da **casta dos comerciantes-trafficantes**? Toda a glória dessa colonização é atribuída à **casta dos aristocratas-latifundiários**?!

Não se nega aqui **o papel do clã**: conjunto de famílias que se presumem ou são descendentes de ancestrais comuns.

As **dinastias**, isto é, a sequência de indivíduos que ocupam determinação função, cargo ou posto de poder, de forma hereditária, até hoje é visível nas sucessões políticas brasileiras.

Para Gilberto Freire, a **vida política brasileira** se equilibra entre duas místicas:

1. *a ordem e a autoridade* decorrentes da *tradição patriarcal*;
2. *a liberdade e a democracia*, desafios da *sociedade moderna*.

Pecando por estabelecer um *continuum* entre a **família** e o **Estado**, defende que *os velhos oligarcas brasileiros ainda detinham uma sabedoria que lhes permitiu organizar a sociedade de modo a evitar rupturas que afetassem o equilíbrio social!*

Na conjuntura em que foi publicado o livro (1933), *estes coronéis nordestinos estavam, momentaneamente, aliados da direção política*, porém Gilberto Freire defende que deveriam estar presentes na **nova configuração do poder** para orientar *o processo de desenvolvimento urbano-industrial*.

Projetos para o Brasil de José Bonifácio de Andrada e Silva

Durante o **Processo de Independência**, José Bonifácio tem papel decisivo junto a Pedro I, instando-o em 1822 a desobedecer às ordens do órgão legislativo português que:

1. transferiu a sede do governo brasileiro para Lisboa,
2. anulou as ações de d. Pedro que visavam a constituir um governo autônomo no Brasil e
3. lhe concedeu a autoridade de mero representante do Parlamento.

Após 1822, como ministro, arquitetou a política interna e externa, esboçando em menos de dois anos decisivos o **Projeto do Novo Estado Nacional**.

Após a separação entre Brasil e Portugal, há **questões imediatas a resolver**:

1. as guerras da Independência,
2. a crise econômica,
3. a necessidade de reconhecimento do Império no plano diplomático internacional,
4. a divisão entre os partidários de d. Pedro I e aqueles que apoiam as Cortes de Lisboa, bem como
5. os movimentos de “mata marinho”, que hostilizam os comerciantes nascidos em Portugal, controladores da distribuição de gêneros importados nas principais cidades do Brasil.

Tais problemas precisam ser superados em paralelo aos **obstáculos de longo prazo**:

1. obter, por meio da Assembleia Constituinte, uma primeira Constituição, enfrentando os conflitos entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo;
2. implantar uma política econômica;
3. traçar a estratégia de inserção do país no concerto das nações;
4. definir o caminho da sociedade; criar um sistema educacional etc.

Para fazer frente a tantos desafios, os meios são escassos no final de 1822:

1. o imperador tem domínio militar de apenas três províncias (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais);
2. sua esquadra de guerra é obsoleta;
3. o Tesouro foi esvaziado para o retorno de D. João VI a Portugal;
4. quase nenhum apoio externo se verifica.

O **comércio**, a principal atividade econômica da época, continua nas mãos de portugueses.

No entanto, *para alguns brasileiros, buscar a Independência é justamente adquirir domínio sobre o comércio*, o que evidentemente gera ferrenha disputa, a ser administrada pelo imperador.

Além disso, há **descontentamento entre os radicais** com a *fórmula de governo adotada, sob o comando do herdeiro do trono português*.

Esses **radicais**, muitos deles membros da **maçonaria**, que apoiam a Independência e não querem pô-la a perder, *oscilam entre apoiar o governo e atacá-lo*, sobretudo quando este toma medidas autoritárias.

José Bonifácio se desentendeu logo com D. Pedro e trombou com os interesses dos escravocratas “negreiros”.

Como deputado à Assembleia Geral Constituinte, propôs **dois projetos para construção de uma nova Nação**:

- um sobre a integração dos índios na sociedade brasileira e
- outro sobre a abolição da escravatura e emancipação gradual dos escravos.

Em 12 de novembro, por discordar do projeto de Constituição, D. Pedro I fecha a Constituinte e muda por completo o quadro do poder no Brasil: *só o imperador manda*.

No dia seguinte ao do **golpe**, d. Pedro I nomeia um Conselho de Estado para ajudá-lo na tarefa de tocar um governo absoluto, cuja *primeira tarefa é redigir um projeto de Constituição*, em pouco mais de um mês, sendo publicado em 20 /12/1823.

Seus membros só modificam o projeto em discussão na Assembleia, *acrescentando partes de interesse do monarca que haviam sido rejeitadas*.

A mais importante **cria o Poder Moderador**, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, *privativo do monarca* – que, além disso, não pode ser responsabilizado por suas decisões.

Por meio deste **Poder Moderador** o rei pode nomear senadores, convocar eleições e dissolver o Parlamento, indicar e remover juízes, além de chefiar o Poder Executivo!

Com isto, *concentra os poderes de uma maneira sem paralelo em nenhuma Monarquia Constitucional*.

José Bonifácio é preso, aviltado e exilado para a França em 1824; vigiado pela polícia francesa, só retorna em 1829, em cuja viagem sua esposa falece no navio.

Forçado a abdicar em 1831, Pedro I o indica tutor de Pedro II, com cinco anos, porém, no ano seguinte é *destituído da tutoria por força do ministro da Justiça*, o padre Diogo Antônio Feijó, que o acusa de *tentativa de levante armado* no Rio de Janeiro em 1831.

Depois de afastado definitivamente da tutoria, em 1833, retira-se para Niterói “na condição de preso por conspiração e perturbação da ordem pública”.

Em 1835, julgado à revelia, é absolvido, mas morre três anos depois.

O que restou do Patriarca da Independência?

O projeto de José Bonifácio sobre a **abolição do tráfico negro e da escravidão** constitui a mais seminal obra brasileira a respeito, revelando sua *grandeza de Estadista*.

Além do **projeto inspirador sobre os índios**, sua correspondência sobre ação diplomática o qualifica como o *fundador da política exterior brasileira*.

Sábio iluminista avançado para seu tempo, José Bonifácio foi golpeado e posto fora da história do Brasil por seus inimigos contemporâneos, mas resgatado por gerações posteriores como *um autor de obra clássica na construção da Nação*.

Na América Latina, na mesma época da Independência do Brasil ocorreram *as formações de novas nações independentes da Espanha*, correspondendo à **formação de autonomias provinciais e guerras civis** em conjunto com **o processo de descolonização**.

No entanto, o nascimento do Brasil ocorreria sob **a preeminência inglesa**, com a permanência da *dinastia dos Braganças*, que, fugindo das tropas de Napoleão, atravessaram o Atlântico escoltados pela armada britânica.

A maior parte das principais lideranças portuguesas emigrou para a ex-colônia, trazendo consigo boa parte de recursos e quadros administrativos e tornando-a **a primeira colônia a sediar uma Corte monárquica**.

Para se construir no Atlântico Sul um novo país e formar uma **Nação**, Bonifácio, influenciado pelos *founding-fathers* norte-americanos, tinha noção do *requisito de ter um povo, uma identidade nacional – a mulata –, com certa homogeneidade étnica e cultural*.

No Brasil não houve **caudilhos** até 1889, pois o sistema político do Império impedia a ascensão destas lideranças oligárquicas provinciais; após a proclamação da República, o **caudilhismo** foi forte no Rio Grande do Sul, onde o **positivismo** o originou via Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e Flores da Cunha.

A cultura que se quer brasileira e o Estado precisam não só de **um Território**, mas também de **um Povo** para se tornar **uma Nação**: esta necessita de **uma auto explicação**, ou seja, **uma identidade de coesão ideológica**.

O “patriarca” entendia que “o **mulato** deve ser a raça mais ativa e empreendedora, pois reúne a vivacidade impetuosa e a robustez do **negro** com a mobilidade e sensibilidade do **uropeu**, pois o **índio** é naturalmente melancólico e apático”.

Em vez de propiciar, livremente, a emancipação de um povo, observava apenas **o racismo de outrora**.

Para esse **líder iluminista**, que conhecera Paris durante a Revolução Francesa, impunha-se:

1. eliminar o cancro da escravidão e
2. redefinir o papel do elemento nativo, o mais autenticamente “nacional”.

Em sua visão, o equacionamento dos dois temas não surge dissociado da **questão da terra**, isto é, da *concentração da propriedade rural*.

Autobiografia do Barão de Mauá

Jorge Caldeira, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha um livro que, “na avaliação de Celso Furtado, é um dos quinze livros básicos para se entender o Brasil”. *Autobiografia* (ou *Exposição aos Credores*) do Barão de Mauá foi escrito em quinze dias de 1878 para enfrentar o **papel público de empresário quebrado**, pois o debate de ideias desempenhava um papel muito secundário em suas prioridades de empresário.

Enquanto as obras da **casta de sábios-pregadores** (Padre Vieira e André João Antonil) e **de sábios-tecnocratas** (José Bonifácio de Andrada e Silva) são servis à **casta dos aristocratas e suas dinastias**, esta *Autobiografia* representa o choque de interesses entre um membro da **casta de comerciantes-industriais** (Irineu Evangelista de Souza, ou Barão/Visconde de Mauá) e membros da **casta de aristocratas proprietários de terra e governantes**.

Depois de uma viagem à Inglaterra, decide replicar no Brasil o que viu na **Revolução Industrial**, inovando aqui também:

1. construiu, inicialmente, o **Estabelecimento de Fundição e Estaleiros Ponta da Areia**, responsável pela produção de navios, caldeiras para máquinas a vapor, engenhos de açúcar, guindastes, prensas, armas e tubos para encanamentos de água, tornando-se *a primeira indústria naval do Brasil*;
2. promoveu o encanamento de água do Rio Maracanã, no Rio de Janeiro;
3. forneceu os tubos para tal realização;
4. fundou a *Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas*;
5. inovou ao fundar uma companhia de gás para a iluminação pública do Rio de Janeiro em 1851, a *Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro*, substituindo a iluminação de lampiões com azeite de peixe;
6. inaugurou o trecho inicial da *União e Indústria*, a primeira rodovia pavimentada do país, entre Petrópolis e Juiz de Fora;
7. participou da construção da *Recife and São Francisco Railway Company* em parceria com capitalistas ingleses e cafeicultores paulistas;
8. participou também da construção ferroviária Dom Pedro II, hoje conhecida como *Central do Brasil* e da *São Paulo Railway*, atualmente chamada Santos-Jundiaí.
9. ganhou seu segundo título de nobreza, o de Visconde de Mauá, pela *instalação dos primeiros cabos telegráficos submarinos*, ligando o Brasil à Europa.
10. reorganizou o segundo Banco do Brasil, depois estatizado por seu inimigo, Visconde de Itaboraí,
11. fundou, anos após, o *Banco Mauá, MacGregor & Cia*, com filiais em algumas capitais nacionais e também internacionais como Londres, Nova Iorque, Buenos Aires e Montevidéu.

Com 30 anos, ele já se colocava entre os homens mais ricos do país na época.

A produção e exportação de café fez surgir *uma nova elite na sociedade brasileira*, os **Barões do Café**, cujos ideais eram opostos aos de Irineu.

Eles não apoiavam o **desenvolvimento via industrialização** iniciada por este último, porque *tal modelo capitalista e industrial era incompatível com o escravismo*.

Somente após a **Lei Áurea, em 1888**, quando a *extinção da escravidão levou à adoção da mão-de-obra assalariada*, possibilitando o *surgimento de um mercado consumidor* mais amplo a ser atendido por investimentos nas atividades industriais, tal **conflito de interesses** foi sendo amenizado.

Antes, no país, a **riqueza** era dada por posse de terras e escravos; *Irineu ficou rico sem investir em terras e detestando a escravidão*.

Era **liberal** e se chocava com o **conservadorismo**, criticando a política econômica ditada pela postura conservadora.

Para os outros ricos, fazendeiros e seus parasitas no II Reinado, “os comissários do café”, *a fortuna de Irineu era “injusta”*, porque era fruto de cálculos que eles não conheciam por parte de “pessoa pouco qualificada socialmente”, isto é, não pertencente a uma **dinastia tradicional**.

Abominavam a **impessoalidade pressuposta do capitalismo** que colocava em questão:

1. a “ordem natural” da escravidão e
2. a vocação agrária do país ao condenar quem vivia do trabalho alheio escravizado.

A modernidade seria *explorar o tempo de trabalho empregado além do necessário para a própria reprodução da força do trabalho*; para isso seriam necessários **empreendimentos industriais** para os quais a casta de aristocratas não tinha iniciativas.

Irineu foi classificado como argentário, interesseiro, inimigo da Pátria, destruidor da solidez da Nação.

Respondia às críticas com novos empreendimentos e o manejo de símbolos da casta antagônica: o **título de Barão de Mauá** (“algum mau há” ironizavam os adversários), título que recebeu em 1854, no dia da inauguração da *primeira estrada de ferro brasileira* (terceira da América do Sul), que ligava o porto de Estrela à raiz da serra de Petrópolis, em um trecho de 14 km.

Usou também sua fortuna para se eleger deputado pelo Rio Grande do Sul, sua província natal, contudo, *subiu à tribuna apenas para se defender de ataques pessoais e justificar seus negócios*.

Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo - sua vida, suas opiniões, sua época

Luiz Felipe de Alencastro, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha um livro de autoria de **Joaquim Nabuco (1849-1910)** em três volumes, publicados entre 1897 e 1899, sobre a vida de seu pai, **José Thomaz Nabuco de Araújo (1813-1878)**: ele foi magistrado, deputado, senador, ministro e prócer do Segundo Reinado do Império brasileiro.

Sua leitura nos ajuda a obter uma perspectiva histórica – sem causalção – da **atuação da casta dos aristocratas governantes** no País.

A lembrança do Império faz com que a palavra “Parlamento” se tornasse sinônimo de “Congresso” no Brasil, mas há uma distinção doutrinária e radical entre as duas palavras:

- “**Parlamento**” se refere às *assembleias gerais dos regimes parlamentaristas*, detentoras da totalidade dos Poderes Executivos e Legislativos,
- “**Congresso**” caracteriza *o regime bicameral do presidencialismo*, no qual os deputados e senadores apenas exercem o Poder Legislativo.

Assim, em Washington há um **Congresso** e em Londres funciona um **Parlamento**.

A *codificação dos problemas econômicos, sociais e da administração governamental no quadro jurídico* apresentava-se como uma necessidade que não carecia de ser demonstrada pela elite brasileira, herdeira do **bacharelismo ibérico**; logo, os **temas jurídicos** recebem um destaque em *Um Estadista do Império*.

Nabuco dá um salto sobre algumas questões do passado relevantes como as laboriosas negociações diplomáticas, econômicas, políticas e policiais precedendo **a supressão do tráfico negreiro clandestino em 1850**; sobre *a questão mais perigosa enfrentada pelo Império brasileiro* elas se desenvolviam:

- com *os fazendeiros e negreiros*, de um lado, e
- com *o governo britânico*, de outro.

Considerado pelo Direito Internacional um *ato de pirataria*, o **tráfico negreiro brasileiro** estava *à beira de provocar um conflito armado com a Inglaterra*, inclusive levou à ruptura de relações diplomáticas entre a Inglaterra e o Brasil (1863-1865).

Apesar da **cessação do tráfico clandestino em 1850**, as tensões persistiram em torno do estatuto dos africanos introduzidos após *a lei de 7 de novembro de 1831 que proibia o tráfico atlântico de escravos e determinava a imediata soltura dos africanos introduzidos após essa data, os quais eram considerados homens livres*.

Conseqüentemente, todos **os proprietários de africanos desembarcados após 1831** estavam praticando *o crime de manter pessoas livres em cárcere privado*.

Nabuco reconhece, explicitamente, *a preeminência da supressão do tráfico negreiro sobre toda a política emancipacionista* (**Lei do Ventre Livre** de 1871 e **Lei dos**

Sexagenários de 1885), no entanto, *minimiza as implicações internacionais e diplomáticas da escravidão brasileira*, referentes ao tráfico clandestino de africanos e segue apenas a *dinâmica interna do debate parlamentar que leva à abolição*.

Nessa perspectiva, atribui à **Lei do Ventre Livre (1871)** um estatuto de **ruptura estrutural do escravismo** que, na realidade, deveria ser atribuído à *ruptura provocada pelo término do tráfico negreiro (1850)*.

Obscurece assim **o entendimento da dimensão mais ampla – extraparlamentar** – dos problemas engendrados pelo escravismo desde a Independência.

Joaquim Nabuco faz essa opção interpretativa para manter a coerência de sua **tese central**: *a política brasileira é a política dos discursos oficiais, a política das elites que operavam no Parlamento*.

Lá no **Império monárquico** como cá na **República presidencialista**, *as dinastias parlamentares brasileiras “se acham” de maior importância através de seus conchavos fisiológicos, tipo “toma-lá-dá-cá”, do que o clamor das ruas!*

Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo - sua vida, suas opiniões, sua época, em sua sétima parte se centra em uma **interpretação geral sobre o Regime Monárquico**: *desfere estocadas contra o “poder pessoal” – ou o “imperialismo” do Imperador...*

Trata-se da prática pela qual *D. Pedro II extrapolava os limites do Poder Moderador para interferir em toda a extensão do governo imperial*: *“romper com ele [D. Pedro II] foi por muito tempo impossível em política, pois o Senado e o Conselho de Estado viviam do seu favor, da sua graça”*.

Em seu livro *O Abolicionismo*, Nabuco aponta **a submissão pessoal dos parlamentares ao Imperador** de forma tal que *“o poder está concentrado nas mãos de um só”*.

Para além da **defesa da política parlamentar**, *Um Estadista* fixa *a continuidade do Estado brasileiro através da Monarquia defunta e da República que nascia*.

Um Estadista do Império se tornou **um clássico da literatura política brasileira** porque muitas vezes a obra foi apresentada como *a prova argumentada e documental da elevação da dignidade do Congresso frente aos presidentes-ditadores*.

É possível uma **leitura pessimista desta obra**, pois, ao fim e ao cabo, o livro narra *a história de uma miopia política quase secular* que redundou em um **enorme fiasco**, já que confrontado ao **escravismo** desde a sua fundação:

1. o Parlamento temporizou o quanto pode,
2. deixou o problema tomar dimensões nacionais e internacionais insustentáveis e,
3. quando resolveu agir, provocou *a queda da Monarquia e do Regime Parlamentarista*.

A Ilusão Americana

Lúcia Lippi Oliveira, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro de Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, publicado em 1893. Ele estava na linha de frente da **casta dos aristocratas monarquistas** que combateram a República instalada pela força das armas da **casta dos guerreiros militares** em 1889.

Nascido em 1860, de um **clã** favorecido pela expansão da lavoura do café no interior paulista, no final do século XIX, ele cresceu e viveu em um mundo de riqueza, elegância e cultura.

Como boa parte da elite brasileira da época, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve como colegas de turma **herdeiros das dinastias paulistanas**.

Após o bacharelado, dividia seu tempo entre:

1. a fazenda no interior da Província e
2. os centros cosmopolitas da Europa.

Radicado em Paris, a partir de 1886, nunca abandonou uma **perspectiva eurocêntrica**.

Com a proclamação da República no Brasil, deu início à carreira de polemista **contra a primeira ditadura militar no Brasil**.

Seu livro *A Ilusão Americana* foi o primeiro apreendido pela polícia republicana em São Paulo, daí seu autoexílio na Europa, onde continuou fazendo **propaganda antirrepublicana** na terra natal.

Voltou definitivamente ao país em 1900, a fim de retomar **os afazeres de político, pesquisador, historiador e escritor**, mas na viagem que fez ao Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1901, para tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi **contagiado pela febre amarela**, e logo morreu, em São Paulo, aos 41 anos de idade.

A instabilidade política do período conhecido como **“a década do caos”** (1888-1897) afetou a própria vida do *herdeiro de cafezais, membro da elite nobre e requintada do século XIX*, que sabia fazer bom uso da riqueza familiar: da **dinastia Prado**, cultivou relações intelectuais com uma geração que soube adquirir uma cultura esnobe.

O **confronto entre Monarquia e República** era, então, além de tema recorrente, *um divisor no campo das elites políticas e culturais*.

Para Eduardo Prado, a **“quartelada”** do Campo de Santana *substituiu o país ético, tradicional, monárquico e católico por um arremedo de Estado*, sem tradições na história portuguesa e brasileira, *anticatólico*, cópia malfeita do modelo norte-americano.

A virada institucional no país sepultou o pensador aristocrático e fez nascer o agitador político em defesa de sua casta.

O autor valorizava, principalmente, **a figura do imperador D. Pedro II**, “o rei civil e constitucional, o sábio que frequentava bibliotecas, museus e universidades, em vez de quartéis”.

Esse **divórcio das lides militares** foi, para Prado, “por um lado, *a salvação da civilização brasileira* e, por outro, *a razão da perda do trono*”.

Entendia que, durante o Império, foi possível manter sob controle **o caudilhismo** que sufocava os outros países da América do Sul.

D. Pedro II errara ao permitir que **o ensino castrense** permanecesse *pouco profissional*, levando-o a ser *contaminado pela política* e a assumir as mesmas *bandeiras republicanas* de bacharéis, conseqüentemente, foram os militares, **bacharéis fardados**, que derrubaram a Monarquia em 15 de novembro de 1889.

Surgiu aí *uma República que se identificava com o militarismo e este com o caudilhismo* – **caudilho** era o chefe militar, geralmente de forças irregulares que lhe eram fiéis, ou seja, um chefe político que possuía uma força militar própria, por extensão, tornou-se *sinônimo de ditador espanhol ou latino-americano*.

Desde seu lançamento, há mais de um século, *A Ilusão Americana* tem sido analisada por **dois ângulos**.

- Um deles acentua *o lado antirrepublicano de um defensor da Monarquia*, sendo seu alvo não os Estados Unidos, mas sim os fundadores da República brasileira.
- Outro ângulo de análise acentua *a crítica à política externa norte-americana*, associando-a ao modelo político que o Brasil pretendia, então, macaquear.

O panfleto de Eduardo Prado foi uma das primeiras obras a prevenir os brasileiros *contra o imperialismo norte-americano*.

A Ilusão Americana levanta a **tese** de que entre o Brasil e os Estados Unidos, e seus respectivos povos, existe *um verdadeiro abismo cultural*, com separação de raça, de religião, de índole, de língua, de história e de tradições, portanto, *nada deveria leva-los a possuir as mesmas instituições e a mesma forma de governo*.

Na verdade, defendia a **tese** da existência de “uma ilha chamada Brasil” mais voltada para a cultura europeia.

Não só demarcava as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, mas também as do Brasil com as demais nações hispano-americanas do hemisfério, cujo traço característico é “a contínua tragicomédia das ditaduras, das constituintes e das sedições, que é a ruína das finanças”.

A **América espanhola**, ao adotar o modelo norte-americano por ocasião dos movimentos de independência durante o século XIX, teria renegado suas tradições.

Em 1889, *o Brasil cometeu o mesmo erro dos vizinhos*: a fraternidade americana seria outra mentira divulgada pelos republicanos, pois *o despertar de ódios nacionais era mais*

verdadeiro como a expressão da política externa dos norte-americanos dirigidas aos “irmãos do Sul”.

Denunciava que alguns brasileiros iam estudar nos Estados Unidos, mas os que se formavam lá retornavam pouco preparados e presunçosos, supostamente com *ensino prático*, faltava-lhes **a cultura humanista e erudita europeia**.

Diz que a raça (sic) saxônica, “a mais enérgica da espécie humana”, tem “a civilização burguesa destruindo a pureza de alma original”.

Os países sul-americanos, querendo ser ricos e prósperos como os Estados Unidos, pensam ingenuamente que conseguirão isso *copiando artigos da Constituição desse país*.

Prado era *contra a cópia ou o transplante de instituições e regimes políticos* que podiam ser bons para um povo, mas que se mostraram contraproducentes em outro contexto.

O autor sai **em defesa da Monarquia** considerando-a *a forma de governo capaz de oferecer estabilidade às sociedades*.

Por exemplo, na **abolição da escravidão**:

- os Estados Unidos adotaram **a solução guerreira e republicana**, ou seja, pela violência, pela força, pela guerra entre irmãos, ao passo que
- o Brasil adotou **a solução pacífica e monárquica**.

Ele não diz que, com esse “jeitinho brasileiro”, foi *longamente protelada a custo de maior sacrifício humano*, mas acha que foi **a abolição da escravidão**, feita pela princesa Isabel, que *retirou apoio ao trono*.

Para ele, todas as **grandes reformas sociais** se realizaram *sob governos monárquicos*.

Somente as Monarquias eram capazes de adiar e evitar a **grande crise do proletariado**, porque *as dinastias sabem que com ela seus tronos desapareceriam*.

Em uma etapa da história brasileira em que **a representação da casta dos trabalhadores** ainda não tinha surgido na cena política, *o argumento era anacrônico e populista*, pois não se referia aos **párias**...

Prado resume seu pensamento em metáforas: “Na gestão dos negócios e do dinheiro públicos, a **Monarquia** arrisca a sua própria existência, é como *uma firma solidária* que responde com a sua pessoa e com a totalidade de seus bens. A **República** é *uma companhia anônima de responsabilidade limitada*”.

Para ele, era o caminho tradicional do Brasil que estaria sendo ameaçado pela *aventura republicana*, ele **defendeu a Monarquia** por acreditar que fosse mais capaz de garantir os valores cristãos da fraternidade e a primazia do bem público acima dos interesses imediatos – *valores das sociedades tradicionais e agrárias*.

Os Sertões

Walnice Nogueira Galvão, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira *Os Sertões* de autoria Euclides da Cunha.

A **Guerra dos Canudos**, desencadeada no sertão da Bahia em 1896-1897, não é mais do que uma das revoltas que, supostamente, resistiam à mudança de regime governamental.

O autor de *Os Sertões*, Euclides da Cunha, testemunhou de corpo presente, pois pertencia à **casta dos guerreiros**, já que teve formação na Escola Militar.

Antes da chegada da corte portuguesa à sua colônia nas Américas e criação dessa Escola, o **oficialato** era obrigatoriamente *formado no exterior*, sobretudo em Portugal.

Historicamente, tal como ocorreu nos Estados Unidos, o **objetivo da Escola Militar** era qualificar o oficialato e os preparar como *engenheiros para os serviços públicos civis*, como a construção de estradas, portos e pontes.

Foi um modelo instaurado pela Revolução Francesa e que se espalhou mundialmente com **a ideia de formar quadros técnicos capacitados por altos estudos** como *alternativa ao recrutamento de quadros dirigentes apenas na casta dos aristocratas governantes e proprietários fundiários*.

O **caráter inovador da Escola Militar**, valorizando *as ciências e a tecnologia*, em detrimento do prestígio na época conferido aos *estudos clássicos ou retórica*, vai gerar entre os alunos um *comportamento vanguardista* e uma *atitude contestatária*, instigando:

1. a consciência da cidadania e
2. a militância política inclusive entre os colonizados culturalmente.

Quando Euclides da Cunha ingressa na **Escola Militar**, em 1885, quatro anos antes de se conseguir a vitória, seus colegas estudantes já estavam empenhados na meta de:

1. implantação do Regime Republicano e
2. abolição da escravatura no País.

Ele viria participar da **Guerra dos Canudos** como enviado do jornal *A Província* (hoje *O Estado de São Paulo*) e de lá remeteu uma série de reportagens que só apareceria em forma de livro postumamente, em 1939, com o título de *Canudos – Diário de uma Expedição*, que foi o embrião de *Os Sertões*.

Pela primeira vez no País foi feita uma **cobertura midiática dos acontecimentos locais em escala mais nacional**, mas os jornalões brasileiros já estampavam *invenções*, pareceres dogmáticos de militares de partido previamente tomado, tudo com o objetivo comum de *reforçar a ideia de uma iminente restauração monárquica*.

O evento midiático foi viabilizado pela então **recente instalação de redes de telégrafo** cobrindo o sertão, pelas quais transitavam as notícias, *sendo os correspondentes, em geral, militares, alguns deles mesmo combatentes.*

O **sertanejo** não é um degenerado como as teorias “científicas” da época o classificam, já que *toda mistura entre a raça branca superior e as outras raças que só podem lhe ser inferiores, sob o próprio ponto de vista dos racistas defensores da “supremacia branca”, provocaria a degenerescência do componente superior.*

Cunha escreve um verdadeiro **libelo contra o mestiço**: este é tratado como desequilibrado e comparado ao histérico, acusado de hibridez moral, chamado de dispersivo e dissolvente, além de oscilar entre influxos opostos de legados discordes; a **mestiçagem** é enfaticamente qualificada como perniciosa.

O **índio** é declarado incapaz de compreender as mais simples concepções de um estado mental superior e o **negro** não consegue alçar-se ao nível intelectual médio do indo-europeu.

Entretanto, o **sertanejo**, como o prova sua conduta na Guerra dos Canudos, não deu provas de inferioridade nem de degeneração, bem ao contrário: isso causou uma reviravolta nas convicções daquele típico representante da casta dos guerreiros por sua formação na Escola Militar.

Choca com os saberes de seu tempo o que observou como testemunho ocular dessa história, então, a **insurreição** passa a ser vista como *uma vã tentativa de regressão ao passado* e **Antônio Conselheiro** como *um herético demente do cristianismo primitivo.*

Euclides da Cunha vacila entre sua consciência e as teorias racistas de sua época; a sua conclusão é que *o brasileiro do sertão seria o primeiro produto da miscigenação dos bandeirantes brancos com os índios durante três séculos de isolamento.*

Essa **mistura**, onde só entrariam *as melhores qualidades das duas raças*, e que, de acordo com a tradição nacional, sequestra o negro, que produziu o **sertanejo**.

Esse primeiro e notável resultado – “o sertanejo é antes de tudo um forte” – seria **a raça brasileira propriamente dita** ou, pelo menos, uma subcategoria étnica.

A **exaltação do branco como raça superior** era corrente nas **teorias do imperialismo europeu** nas últimas décadas do século XIX, teorias produzidas pelos próprios europeus.

Dado o colonialismo cultural até hoje sobreviventes nestas plagas, *o racismo* era aceito e aprovado por aqueles que ele discrimina: **os habitantes das ex-colônias europeias.**

A **preferência pelo índio** não é novidade nem estreia em *Os Sertões*: ela é historicamente datada e assume no imaginário das elites locais uma função de reivindicar ancestrais indígenas para se opor ao seu colonizador europeu dominante.

O **autoctonismo do índio**, ponto de vista igualmente defendido em *Os Sertões*, constituiu uma primeira manifestação de **nacionalismo** ou **nativismo**.

No Romantismo nativo, a **corrente indianista** assume o papel que tem na literatura europeia o cavaleiro andante, o ancestral medieval, *carregado de valores nobres*.

Essa personagem, o índio imaginário, emblema da “brasilidade”, aparece assim como *uma reação de membros da casta aristocrática proprietária fundiária contra o mercantilismo e o materialismo burguês trazido pela revolução industrial*.

O **advento da República** acarreta alterações que afetam diretamente os peregrinos e mudam, pragmaticamente, a louvação da Igreja católica do regime vigente monarquista para o republicano:

- de um lado, são *decretados novos impostos* que gravam também a população pobre do sertão;
- de outro, instala-se um **Estado dito laico** com *a separação entre Estado e Igreja, a liberdade de culto e a instituição do casamento civil* pela Assembleia Constituinte de 1890, atingindo outro nicho de mercado de um sacramento católico.

Com a manchete escandalosa de uma derrota, na Guerra dos Canudos, o furor da multidão no Rio de Janeiro se desencadeou sobre os poucos jornais monarquistas sobreviventes: quatro deles foram empastelados e o dono de um deles foi linchado.

A **caça às bruxas** é o estratagema usado, secularmente, para aplacar a fúria da massa ignara, no caso, prometeu-se o aniquilamento dessa “ameaça nacional contra a República”.

Os **estudantes**, candidatos a sábios, assinaram uma petição exigindo a liquidação dos sequazes do “degenerado” Antônio Conselheiro; **os deputados e os senadores** demagógicos se aliaram contra eles, inclusive o campeão do liberalismo, o jurista Rui Barboza, dizendo como é praxe na retórica parlamentar que *“eles não passavam de um caso de polícia”*, a qual deveria bastar para *eliminá-los como sempre faz contra párias*.

Os **jornais** trataram a derrota local como *uma calamidade nacional*, multiplicando *notícias falsas* até de focos conspiratórios internacionais contra a jovem República brasileira.

Transformada em *uma (falsa) prioridade nacional*, para uma **quarta expedição contra Canudos**, as tropas são mobilizadas em todo o País, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul e põe-se em marcha, em junho de 1897, para *assediar o arraial*, o qual é cercado totalmente para impedir socorros ou reforços, mas sobretudo para *tolher o abastecimento de água*, escassa na caatinga seca.

A **conduta do exército** foi criticada na surdina, destacando a prática, denominada pelo eufemismo “gravata vermelha”, dos comandantes e comandados de *degolar em público os prisioneiros amarrados*; em consequência, a reputação da **casta dos guerreiros** foi poluída.

Ela se vangloriava de *forçar a extinção da escravidão e substituir a Monarquia pela República*, fornecendo os dois primeiros presidentes-ditadores; após a revelação de

suas **atrocidades**, inclusive a venda de crianças sobreviventes, *sua imagem pública nunca foi reparada* tal como era após a vitória na Guerra do Paraguai.

A **Guerra dos Canudos** completa *o processo de consolidação do Regime Republicano*, exorcizando o espectro de uma *eventual restauração monárquica*; para tanto:

1. a opinião pública foi manipulada e
2. os canudenses serviram de bode-expiatório.

Apresentados como *o inimigo interno comum a todos os brasileiros*, enfrentado coletivamente, permitiu **forjar à força a união nacional**.

Servir de *massa-de-manobra* é o papel de suposto *inocente útil*, exercido por incautos ao longo da história brasileira.

Retrato do Brasil

Marco Aurélio Nogueira, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Retrato do Brasil*, de autoria de Paulo Prado.

O autor de *Retrato do Brasil*, publicado em 1928, Paulo da Silva Prado, era um “bem-nascido” em tradicional família de grandes cafeicultores.

Ele possuía muito mais afinidades com os amigos artistas da Semana de Arte Moderna de 1922 do que com os velhos da casta dos aristocratas fundiários.

Este era o meio social a que o escritor (desde 1925 com *Paulística*) pertencia por origem e educação ou do que com os ambientes propriamente burgueses de seus negócios.

Diplomado em 1889 pela Faculdade de Direito de São Paulo, com o *Retrato do Brasil* se assume como um **membro da casta dos sábios-intelectuais**.

Insurge-se contra a visão que apresentava o Brasil como um paraíso de riquezas e bondades inesgotáveis, quase sem “vícios”, ocupado por um povo pacato e trabalhador, totalmente dedicado a construir uma pátria predestinada a ser perfeita – uma configuração quase épica *a la Por que ufano do meu País*, publicado por Afonso Celso em 1900.

Paulo Prado desejava entender e sobretudo expor para o grande público os entraves e dilemas que praticamente condenavam o País a uma situação parecia não se distanciar muito da que havia predominado na antiga colônia portuguesa.

Incomodava-o que os brasileiros não percebessem o lado problemático da sua formação histórica associado ao passado colonial e à escravidão e banalizassem romanticamente as dificuldades que lhe travavam o progresso.

Ser uma voz dissonante, reagindo ao conformismo geral, era o seu modo de ser nacionalista, fazendo com que se ganhasse consciência dos limites e das possibilidades inerentes à sociedade.

Não temia a polêmica e nem a pecha de “pessimista”, assumindo um ar blasé, ele era um modernista.

Já o Brasil, no fim da década dos 20, era um país em busca de sua identidade nacional.

Enfrentava o cenário composto pela decadência irreversível da velha aliança entre a casta de guerreiros e a casta dos aristocratas governantes, na maior parte proprietária fundiária, que fizera a Proclamação da República, mas já estava desgastada pelo “jogo de cartas marcadas” da “aliança café-com-leite” e dissidência tenentista.

O passado colonial ainda constituía uma dependência de trajetória contra a qual se insurgiam sinais de contestação e movimentação rebelde como, no ano do centenário da Independência, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o movimento tenentista.

O intelectual de origem aristocrata, misto de empresário bem-sucedido e agitador cultural, abre espaço editorial para os modernistas mais combativos e/ou doutrinários.

O Brasil retratado pelo livro de Paulo Prado era essencialmente o País que não se devia mais aceitar: *atrasado, carregado de vícios e deformações, com um povo conformista e uma elite mesquinha, despreparada, que não se dedicavam a construir a Nação moderna que se vislumbrava como possibilidade.*

O clima favorecia a proliferação populacional, mas a população em crescimento permanecia concentrada no litoral.

O sertão / interior prosseguia desconhecido, vazio, entregue às mesmas taras de sempre: *crendices, fanatismo, messianismo, paludismo, cachaça, sífilis, amarelão e indolência desanimada* tal como no colonato português.

A má qualidade e o caráter distorcido do progresso somente a favor do enriquecimento da elite agroindustrial, do capital estrangeiro e dos poucos grupos bancários nacionais que só cogitam, como é comum em economia de mercado sem planejamento, dos próprios interesses.

Tal como no tempo das bandeiras, tudo se deixa por conta da iniciativa privada.

O poder público é apenas uma extensão da apropriação particular.

Os negócios públicos sem direção tendem a ser travados, nada funciona a contento:

1. a polícia discriminadora contra negros,
2. as curtas estradas de ferro,
3. a agropecuária extensiva,
4. o Exército, a Marinha e a Justiça sem controle dos arbítrios e com abusos do Poder.

O diagnóstico não poupava a rusticidade intelectual do País: *o analfabetismo popular* (quase 100% da população pobre) era *a contrapartida da bacharelise romântica dos semiletrados*, cuja cultura intelectual eles não dispõem.

Em um círculo vicioso que se retroalimenta, não se publicam livros porque não há leitores, não há leitores porque não há livros.

Na “doença romântica” de pseudo intelectual domina o gosto do palavreado, das frases carregadas de lugar-comum, do discurso artificial.

Padecem do vício da imitação, ou melhor, da macaqueação.

Os brasileiros colonizados culturalmente imitam tudo, desde a estrutura política até o falseamento das manifestações espontâneas do gênio criador.

O País se perdia não por alguma “maldição da colonização portuguesa” com “má qualidade racial” ou por alguma fraqueza congênita do caráter nacional, mas sim por *uma combinação de processos e acidentes históricos identificáveis.*

Dentro dos quais, avultava *a falta de uma elite arrojada*, dedicada a:

1. pensar a experiência nacional,
2. projetá-la no tempo e no espaço,
3. direcioná-la de acordo com as necessidades e as virtudes do povo.

A **elite socioeconômica e intelectual** era mesquinha, voltada para si, sem grandeza ou competência particular.

Não se dispunha a *exercer a dominação política e moldar a sociedade a seus valores*, assumindo a tarefa de *impulsionar e coordenar o desenvolvimento econômico e social*.

Tudo era reduzido a uma “**questão política**” de homens públicos que já se assumiam como *políticos profissionais voltados para seus próprios interesses*.

Se o mal tinha raízes na colônia e foi impulsionado pela **institucionalidade** adotada após a Independência com um *parlamentarismo à inglesa* em dois reinados em território com povoados esparsos de população mestiça, já era hora de cortá-las, isto é, de **ruptura com esse passado**.

Da **dependência de trajetória do passado**, “quando a história importa”, só ficou:

1. a consolidação da unidade nacional, imposta pela força do Exército imperial contra dissidências nativistas, e
2. a tardia abolição da escravidão, e
3. mais uma inesgotável facilidade para produzir leis inócuas.

Na verdade, até hoje os parlamentares se dedicam a aprovar lei para colocar em execução alguma lei existente...

O **país de jurisconsulto** jamais conseguiu enfrentar:

1. a casta dos guerreiros sem guerra,
2. a fragmentação dos partidos,
3. as falhas da administração pública em escala nacional,
4. o romantismo no combate ao racismo,
5. enfim, a República sem o espírito republicano de implantação dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos da cidadania.

O **empoderamento das oligarquias regionais** vai contra o ato, processo ou efeito de *dar poder ou mais poder a alguém ou a um grupo das demais castas* para tomá-lo, obtê-lo ou reforçá-lo com *caráter republicano*.

Não serviu para **a conquista pessoal da liberdade** pelos que vivem em posição de dependência econômica ou de outra natureza.

Tem servido ao **enriquecimento dos próprios oligarcas** sem a tomada de consciência dos direitos sociais, desenvolvida pelos indivíduos ao poderem participar dos espaços de decisão.

Para Paulo Prado, nada de grandioso teria decorrido da implantação da República em 1889 até pelo menos 1928, quando foi publicado seu *Retrato do Brasil*.

A partir dos *estados desunidos*, ingressou-se na “**política dos governadores**”, isto é, no *reinado das oligarquias regionais*, seja nos governos estaduais, seja em carreiras dinásticas no Senado Federal.

Nada parecia ameaçar esse **pacto oligárquico** e levar o País a se tornar a **Nação moderna** proclamada por abolicionistas, reformistas e republicanos.

Paulo Prado, em 1928, temia o que boa parte dos analistas da época considerava uma espécie de risco iminente: **o desmembramento do País**, sua desapareção como um todo uno, por força da *incúria governamental* e da *ação das oligarquias autônomas em seus estados/províncias* que enfraqueciam o Estado Nacional.

Como então caminhar para a renovação total? *Retrato do Brasil* chegaria ao fim sem responder ao dilema que nascia de suas próprias proposições. Dele ficará um vago *elogio ao cidadão revolucionário* e uma moderada, como que vacilante, *aposta no futuro*, simplesmente, “porque não pode ser pior que o passado”!

O programa político implícito no livro era incompleto, já que foi construído muito mais a partir da **intuição** do que da **compreensão profunda das tendências e das possibilidades do presente**.

Deixou de lado, quase ocultos, **os temas e problemas que dominariam os anos 20 e 30 do século XX**:

1. a organização das massas populares;
2. a defesa de um Estado desenvolvimentista;
3. a conquista de uma democracia eleitoral;
4. a passagem do Brasil rural para o Brasil urbano-industrial.

Com **a ditadura do Estado Novo**, a vida dos intelectuais se tornou mais difícil: o escritor capitularia frente à realidade que escapava de todo e qualquer esquema mental, desprovido de recursos efetivos de intervenção, face à mescla de:

1. autoritarismo estatal e mobilização popular,
2. regime ditatorial e progresso material.

Marco Aurélio Nogueira conclui sua bela resenha indicando: “*as belas ideias teriam de sujar as mãos no chão duro da política se quisessem prevalecer e jogar um papel*”.

Raízes do Brasil

Brasílio Sallum Jr., no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Raízes do Brasil*, de autoria de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Foi publicado em 1936.

Sua **questão central** é entender *o processo de transição sociopolítica vivido pela sociedade brasileira nos anos 1930 e depois, na década de 40*, quando o livro foi bastante modificado.

Examina as concepções, instituições e formas de vida gestadas por nossos antepassados, pois elas ainda oprimem o cérebro dos vivos.

Raízes do Brasil não reconstrói a história da sociedade brasileira, mas sim examina **formas de sociabilidade**, já que seu objeto é *reconstruir os fragmentos das formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas no passado, mas que ainda faziam parte da identidade nacional, porém em via de ser superada.*

Não é um livro de História, mas ele usa **a matéria legada pela história** para identificar as amarras que bloqueiam no presente o nascimento de um futuro melhor.

O objeto de reconstituir **a identidade nacional brasileira** visa revelar *o que nos singulariza como sociedade.*

Mas não se trata apenas de *reconstituir a identidade brasileira “tradicional”*, provocadora da tensão social e política do presente, mas sim *mostrar como o arcaico tende a ser superado pela sociedade brasileira em revolução.*

Assim, a identidade brasileira está em *devir*, ou seja, em um **processo de evolução** em aberto.

Em cada momento da construção, *a sociedade brasileira não deixa de ser portadora de ambiguidade*, por ser uma **sociedade nova**, fruto da colonização europeia, mas que *não se amolda bem à sua herança.*

A **identidade brasileira** era problemática, fraturada e ainda em *devir*.

É na Península Ibérica que Sérgio Buarque encontra o pilar central desta identidade em construção: lá predomina **a cultura da personalidade**, *a valorização extremada da pessoa, de sua autonomia em relação a seus semelhantes.*

Para os ibéricos, o **índice de valor de um Homem** pode ser inferido da extensão em que *não dependa dos demais.*

O sentimento da dignidade própria a cada indivíduo, mesmo tendo se universalizado, inclusive entre os plebeus, nasceu da nobreza, como **ética de fidalgos**, isto é, *filhos de algo/alguém de uma família/clã pertencente a uma dinastia.*

A **burguesia mercantil ascendente**, em vez de contrapor-se a ela, assimilou-a, porém, *em Portugal, podia haver fidalgos em todas as ocupações ou castas.*

A frouxidão da estrutura social e a permeabilidade das hierarquias – **em contraste com as barreiras existentes onde o feudalismo imperava** – permitira que *artesãos e mercadores citadinos ascendessem socialmente em Portugal sem grandes obstáculos*, já época da Revolução de Avis, no século XIV.

Os reis da dinastia de Avis estavam estreitamente ligados à burguesia.

A aliança prosperou porque ambas desejavam iniciar *uma expansão marítima que assegurasse a Portugal o controle de portos comerciais lucrativos:*

- para a **casta dos mercadores**, a expansão traria maiores lucros, e
- para a **casta da aristocracia governante**, *mais impostos.*

Isso proporcionou a Portugal *a primeira monarquia centralizada da Europa*, e os recursos necessários para **a ascensão do Absolutismo**.

A **casta dos mercadores** não precisou em Portugal adotar um modo de viver e pensar absolutamente novo: ao contrário, *procurou associar-se à antiga casta dirigente e assimilar muitos dos seus princípios*, ou seja, guiar-se pela *tradição*, mais do que pela *razão mercantilista* fria e calculista.

Então, no mundo ibérico, a **cultura da personalidade** associa-se a uma *falta de hierarquia organizada*, em que os privilégios hereditários deixam de ter influência muito decisiva.

Importa menos *o nome herdado* que *o prestígio pessoal*, relacionado com “a abundância dos bens de fortuna, os altos feitos e as altas virtudes”.

Só lhes eram recusadas as honras enquanto vivessem de **trabalho manual**, algo malvisto pelos nobres, já que este era atribuído a servos ou escravos.

O **personalismo ibérico**, fazendo *a apologia da autonomia da pessoa*, concebia a ação manual sobre as coisas como aceitação de uma lei estranha ao indivíduo nobre, que aviltaria e prejudicaria a própria dignidade.

“Trabalhar como um mouro” era coisa de pobres escravos! O ócio importa mais que o negócio! Aí, que preguiça...

Ao exaltar o mérito pessoal – riqueza, feitos ou virtudes – frente aos privilégios herdados, o **personalismo** distingue-se do pensamento dinástico predominante no **feudalismo**, mas afasta-se também do **individualismo** que pressupõe *uma igualdade essencial entre os homens*.

Para o **personalismo**, ao contrário, *a desigualdade é o resultado inevitável da competição* entre eles:

- alguns homens seriam mais, outros menos talentosos;

- uns menos, outros mais dependentes;
- uns mais “iguais” (amigos), outros menos apadrinhados.

O **personalismo** é um *individualismo aristocrático*, de uma aristocracia aberta ao talento.

As tendências anárquicas inerentes à exaltação da personalidade e às dificuldades de gestão de formas livremente pactuadas de organização social convertem **os governos** no *único princípio organizador das sociedades ibéricas*.

A **estabilidade política assim imposta** só poderá surgir de *uma alternativa à renúncia da personalidade e à autonomia da pessoa*, tendo em vista um bem maior: conduz à *obediência cega* inclusive a uma potência externa aliada.

Entre os povos ibéricos, *“a vontade de mandar e de cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter com a inclinação à anarquia e à desordem”*.

Sérgio Buarque de Holanda atribui boa parte do sucesso português às suas particulares inclinações de conduta ou às *“determinantes psicológicas”* do seu movimento de expansão colonial.

Sua *singularidade histórica* é demarcada através da construção de **dois tipos sociais contrapostos**, expressões de *formas divergentes de orientação das atividades humanas* que se relacionam à transformação do mundo material:

- o **aventureiro** valoriza tanto o objetivo final que os *meios* lhes parecem secundários, quase supérfluos;
- o **trabalhador**, pelo contrário, concentra-se mais nos *meios*, na *dificuldade a vencer*, do que no *objetivo a alcançar* – os instrumentos e não o fim.
- o **aventureiro** ignora as fronteiras, vive dos espaços ilimitados, mas quer suprimir o tempo, sua paixão é *o resultado imediato*;
- o **trabalhador**, ao invés, persiste em seu esforço mesmo quando o resultado custa a ser atingido, sua percepção de espaço é restrita, concentra-se na parte, *evitando desperdiçar os meios*.

Na **época da conquista e colonização dos novos mundos**, o *trabalhador teria tido um papel muito pequeno, ao contrário do aventureiro*.

Nisto, Sérgio Buarque tem uma visão antagônica à do Gilberto Freire:

- para Buarque, teria predominado, nas conquistas das Américas, **o tipo aventureiro** entre portugueses, espanhóis e ingleses;
- para Freire, teria predominado aqui uma *miscigenação entre etnias de povos distintos* que aqui, aliás como nos Estados Unidos, possibilitou **a expansão produtiva das grandes plantations agrícolas**.

O **espírito de aventura** teria sido, expresso pela ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos e de riqueza fácil, que não custa trabalho, *característico da colonização portuguesa*.

Foi este **espírito de aventura** que orientou a colonização, estimulando os portugueses a:

1. *se adaptarem* às circunstâncias,
2. *copiarem* o que já estava feito, ou
3. *adotarem as rotinas comprovadas* em etnias dos outros povos, indígenas e/ou africanos.

No entanto, mais do que *copiar*, a colonização tendeu a ser *perdulária em relação aos meios de que dispunha*: a ninguém ocorria recuperar solos gastos; a regra era os lavradores buscarem *novas terras*, mato adentro.

Até hoje a **seqüência habitual** é: *desmatamento-pecuária extensiva-plantação*.

A mesma transitoriedade e o mesmo amor ao ganho fácil dominavam também os **ofícios urbanos**: poucos indivíduos dedicavam-se a vida inteira a *uma só atividade* sem se deixar atrair por outro negócio aparentemente mais lucrativo.

Mais raro era um ofício perdurar em uma mesma família por mais de uma geração.

Talvez, hoje, em **algumas profissões universitárias**, encontra-se essa tradição familiar, mas é mais comum, aparentemente, o contrário: *a ocupação fora da profissão em que se formou no Ensino Superior*.

Além da **disposição para a aventura**, outras condições culturais e materiais contribuíram para o êxito da colonização portuguesa.

A **ausência de “orgulho de raça” entre os portugueses**, resultante em grande parte da *mestiçagem* ocorrida no próprio reino com os mouros, teria facilitado a assimilação dos dominados, “agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças”; de **raças**, sim; de **castas**, não.

O **personalismo**, que levou à dificuldade de gerar e manter formas de associação entre indivíduos autônomos orientadas para objetivos comuns e à estigmatização dos trabalhos manuais, favoreceram *o predomínio na sociedade colonial das relações pessoais*, marcadas pelo *afetivo* e o *emotivo* ou o *irracional*.

Dificultou o surgimento de **formas de organização social mais amplas** do que as baseadas em *vínculos familiares*, como *as corporações urbanas de ofícios*.

Como consequência da **grande exploração rural escravista**, *as cidades e as organizações de artesãos livres tiveram aqui na colônia poucas condições estruturais de se desenvolverem*.

O **sucesso da colonização dos portugueses** deveu-se, então, a:

1. a sua ética aventureira,
2. a algumas características culturais, como falta de orgulho de “raça”, catolicismo, etc.,
3. a facilidade de adaptação ao meios materiais e humanos que as condições naturais e históricas lhes ofereceram.

O que explicaria o malogro da colonização holandesa?

- Essencialmente, *a dificuldade de adaptação às condições da colônia.*
- Tinham *espírito de empreendimento metódico e coordenado, capacidade de trabalho e coesão* – qualidades ausentes no personalismo ibérico –, *mas os colonos que os “flamengos” conseguiram atrair para o Nordeste brasileiro e a urbanização extemporânea da sua empresa colonial sofreram “choques naturais e culturais”.*
- Colonos recrutados na Europa entre *cosmopolitas instáveis e predominantemente urbanos* concentraram-se na cidade do Recife.
- Esta passou a “viver por si e para si”, isto é, *sem articulação real com a grande exploração agrária*, em que se fundava a riqueza da colônia portuguesa.
- Emprestaram em excesso para senhores de engenho, que imobilizaram os recursos em compra de escravos e capital imobiliário, com um ciclo de queda dos valores da commodity “açúcar”, entraram em inadimplência e houve extraordinária carência de liquidez em Recife, sinalizando a falência do empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais.

Uma das teses centrais de *Raízes do Brasil* é que a nostalgia desta organização compacta – a família patriarcal –, onde prevalecem, necessariamente, *as preferências fundadas em laços afetivos*, não podia deixar de marcar a sociedade brasileira, a nossa vida pública, todas as nossas atividades.

A **família patriarcal** foi o elo social através do qual *a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores portugueses* se aclimatou entre nós e acabou por imprimir sua marca na sociedade como um todo.

Na **ausência de uma burguesia urbano-industrial independente**, as principais ocupações citadinas acabaram sendo preenchidas por *donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes*.

Eles acabaram por *transpor para as cidades a mentalidade, os preconceitos e, na medida do possível, o estilo de vida originário dos domínios rurais*.

A **mentalidade da Casa Grande** teria invadido, assim, as cidades e conquistado todas as ocupações.

Viria daí *a valorização generalizada do exercício da inteligência por contraposição às atividades que requeiram algum esforço físico*: o anel de doutor ou o diploma de bacharel são distinções de **“artes liberais”** em oposição às **“artes manuais”**.

Neste universo mental personalista são absorvidas com facilidade as *ideias individualistas* do *liberalismo econômico* que passam a predominar a partir do século XIX na Inglaterra.

No caso brasileiro, *o Estado não seria mais do que uma ampliação do círculo familiar*, porém, Sérgio Buarque alerta que *não existe uma gradação*, mas, pelo contrário, *uma descontinuidade* e até *uma oposição* entre as duas ordens.

Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar que nasce o Estado e o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, elegível, recrutável e responsável, ante as **leis da Cidade**.

Esse processo através do qual a **Lei Geral** supera a **Lei Particular** tem sido, até hoje, na segunda década do século XXI, acompanhado de *crises* mais ou menos prolongadas.

A **família de tipo patriarcal**, antes predominante, tende a absorver intensamente os seus membros na *comunidade doméstica*, marcada:

1. pelos laços do afeto e de sangue,
2. pela reduzida autonomia e senso de responsabilidade própria de seus membros.

Isso se choca com certas **virtudes “anti-familiares”** como:

1. o espírito de iniciativa pessoal e
2. a concorrência entre cidadãos.

O indivíduo formado em um **ambiente dominado pelo patriarcalismo** dificilmente conseguirá distinguir entre:

1. o domínio privado e
2. o domínio público.

No Brasil, quase sempre predominou, tanto na administração pública como em outras áreas, *o modelo de relações gerado na vida doméstica*: esta é a esfera dos **laços afetivos e de parentesco**.

A conformação da vida societária em geral pelo molde derivado da vida rural e patriarcal produz no **plano psicossocial** aquilo que seria “a contribuição brasileira para a civilização”: *a cordialidade*.

Caracterizariam o **Homem Cordial** brasileiro *sentimentos emocionais*:

1. a gentileza no trato,
2. a hospitalidade,
3. a generosidade,
4. a inimizade dos desafetos discordantes de sua conduta.

A **revolução brasileira** trata-se do deslocamento do centro de gravidade da vida social brasileira *dos domínios rurais para os centros urbanos*.

A **abolição da escravatura** foi, para Sérgio Buarque, *o marco divisor entre duas épocas*:

1. aquela em que *o rural dominava* e
2. a em que *as cidades passaram a predominar*.

O **tema central** do final do livro *Raízes do Brasil* é exatamente a tensão entre:

1. as expressões políticas legadas pelo passado e
2. as novas condições urbanas e industriais.

O descompasso não se deve à **não substituição dos dirigentes políticos**: isto seria um *remédio aleatório* ou uma *saída superficial*, quando não precedida por *reformas estruturais da vida social*.

Da mesma forma, *seria enganadora ou vã a tentativa de reformar a vida política impondo-lhe “sistemas, leis ou regulamentos de virtude comprovada” em outras sociedades*.

A crença de que **os bons governos e a boa sociedade** dependem da *sabedoria* e da *coerência de leis* teria presidido toda a história dos países ibero-americanos.

A **importação de instituições republicanas norte-americanas e/ou francesas** foi *tropicalizada e antropofagicamente miscigenada*, ajustando-se aos velhos padrões patriarcais e coloniais: **caudilhismo** e **liberalismo**, neste país tropical, se miscigenaram.

Aqui é *o velho mundo em que personalismo e oligarquia têm encarnação sociopolítica* quando facções de **outras castas** – dos sábios-intelectuais e dos comerciantes-financistas (PSDB) ou dos trabalhadores organizados (PT) – se aliam com a **casta dos aristocratas latifundiários** (PMDB e o resto, em particular a **subcasta dos sábios-sacerdotes pentecostais**).

Esta **casta dos oligarcas governantes** sempre se mantém no Poder, mudando apenas *o aliado da vez*, quando não apela à **casta dos guerreiros** em ditaduras comuns ao longo de nossa história.

“**Revoluções**” instauram governos fortes para “salvar” a sociedade de suas tendências anárquicas ou, reversamente, contragolpeando governos fortes para restaurar *a liberdade dos particularismos* antes excluídos do centro do poder.

Tanto o caudilhismo, quanto o liberalismo, ambos estariam para Sérgio Buarque em oposição à **verdadeira democracia**. Ele a denomina de “*despersonalização democrática*”.

Para **o descompasso entre sociedade e política**, no Brasil, seria necessário:

1. ir mais fundo e mudar a própria substância da política brasileira tradicional,
2. incluir no Estado as camadas sociais antes excluídas,
3. romper com o padrão oligárquico de mando, democratizá-lo efetivamente,
4. substituir as **revoluções horizontais** (*entre castas*) por uma **revolução vertical** (*com inclusão de representantes populares dos párias*).

Formação do Brasil Contemporâneo

José Roberto do Amaral Lapa, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Formação do Brasil Contemporâneo* de autoria de Caio Prado Júnior.

Este terceiro Prado na linhagem intelectual – depois de Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*) e Paulo Prado (*Retrato do Brasil*) – desse clã da **casta de aristocratas produtores de café** comprova o equívoco da **tese do obreirismo**, aquela que defende que *só entre os trabalhadores manuais poderão surgir intelectuais e/ou políticos defensores da classe obreira ou operária*.

Sem a costumeira rigidez da ortodoxia que marca muitas dessas suas obras, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* é concebido e tem suas interpretações e conclusões pautadas pelo **pensamento dialético marxista**.

O livro é estruturado em três grandes partes, intituladas, respectivamente, de “Povoamento”, “Vida Material” e “Vida Social”, antecedidas de uma “Introdução” e um texto sobre o “Sentido da Colonização”.

O subtítulo do livro adverte que tratará apenas da “Colônia”, isto é, os três primeiros séculos da história do Brasil. Seu plano editorial de dar continuidade a essa obra não se efetivou.

Porém, ele privilegia o **primeiro quartel do século XIX** como aquele que contém a “chave precisa e insubstituível” para podermos compreender, conhecer e interpretar o processo histórico responsável pelo Brasil.

O **processo de colonização** permitiu que se esboçasse *uma nacionalidade que foi aos poucos se distanciando de seu modelo europeu*.

Foi algo relativamente novo em termos de sociedade, mentalidade e cultura, pois, além daquela *especificidade de transferência de uma Corte da Metrópole para a Colônia*, foi movida também por *elementos geográficos, econômicos, sociais e políticos* dos quais emergiram um **sistema complexo e original**.

Daí apresenta sua **tese principal**: o fato de ser algo novo não logrou, todavia, gerar *uma autonomia e dinâmica próprias*, capazes, depois da Independência política, de construir uma Nação com menos desigualdade, injustiça e mais desenvolvimento e soberania.

O **sistema capitalista imposto do exterior** condicionou os agentes econômicos, grupos e classes sociais a *uma subalternidade que comprometeu todo o processo* a ponto de, no momento decisivo, mostrar-se ainda longe dessas correções de rumo.

Continua prevalecendo uma **ordem social colonial**.

Se essa ordem é *impositiva* e tem *origem externa*, para corresponder a ela engendra-se, internamente, mas com *o consentimento e o concurso dos centros externos de decisões*,

uma solução que compromete, definitivamente, a realidade histórica: é **a escravidão** que deixará um legado que chega até os dias da República contemporânea.

Esta **tese central do livro** está explicitada em seu preâmbulo, quando fala no *sentido da colonização*.

Esse conceito manifesta-se desde que a história de um povo seja observada em longa duração e nos seus *acontecimentos essenciais*, vistos em conjunto.

Aí é que mostram a unidade que conservam para lhes conferir **a especificidade que os distingue dos demais**, *sem, contudo, se apartarem do sistema colonial*, desde o século XVI, mesmo na transição para o sistema capitalista.

O **Brasil**, sua **conquista territorial e colonização**, são partes do *grande movimento engendrado pelo capital mercantil*, graças às descobertas e avanços tecnológicos com que se aceleram e se internacionalizam as navegações e, depois, as comunicações.

Foi um vasto *empreendimento comercial*, sem maiores preocupações em construir uma sociedade unitária e integrada.

Espécie de empresa de exploração do que é apenas *extrativismo comercializável* até a *grande agricultura de exportação* capaz de atender aos interesses europeus de consumo.

Esse condicionamento confere à colônia portuguesa nas Américas cumprir *o papel de simples fornecedora de produtos tropicais para os mercados europeus*.

Porém, *transcende a instância política do Estado absolutista português*, para identificar-se com a própria vida da *sociedade colonial* que se transforma em *sociedade nacional* após a Independência política em 1822.

Mas permanece *o estatuto colonial* que nos inferioriza e nos constrange nas tentativas de rompimento.

Caio Prado Júnior caracteriza *o Brasil como uma feitoria da Europa*, cuja *evolução econômica de colônia*, alternando *fases de prosperidade* com *fases de aniquilamento total*, instaurou com isso um longo processo ainda em pleno desenvolvimento de *busca de maior autonomia relativa*.

Quanto à existência ou não de um **mercado interno** no Brasil, dentro do sistema colonial, ou um comércio intra-colonial, Lapa apresenta sua divergência com o Caio Prado: *ambos mercados (externo e interno) conseguem, em diferentes conjunturas e regiões da colônia apresentar um certo grau de autonomia e dinâmica*, capaz de conferir-lhes um desempenho que não está necessariamente atrelado à grande lavoura de exportação.

Caio Prado não dá a devida importância à **agricultura de subsistência**, bem como à população a ela entregue, designando tal lavrador como modesto e mesquinho.

Ele também não deixa de condenar a destruição florestal e a lavoura predatória da **agricultura de exportação**.

Demonstra seu **viés marxista** de mostrar *uma história desgraçada* seguida da possibilidade de uma ruptura determinante de *um devir otimista*.

Serão *revolucionárias* essas contradições?

A **casta dos aristocratas latifundiários** se transforma em *governantes* sob os auspícios da **casta dos comerciantes-industriais-financeiros**.

A **conciliação entre etnias** representa conflitos de interesses amortizados pelo **mito da “democracia racial”**, onde cada qual sabe que é “o seu lugar”.

Caio Prado insiste na **conclusão** de que *pretos boçais e índios apáticos* só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas.

A **massa de população livre** fica comprimida entre senhores e escravos, composta pelos *desclassificados* de toda ordem, no seu entender *o grande ônus da sociedade colonial*.

Nela, não se vislumbra *nenhum germe para nascimento de um sujeito revolucionário* sob a forma de **uma classe operária organizada**.

Todas as demais instituições, além do **clã da família patriarcal** e da **Igreja**, as duas vigas em que se fundamenta o grande domínio da sociedade colonial organizada, estarão sujeitas a *gravitar em termos de poder, riqueza e autonomia à volta do domínio patriarcal*.

Na linha de sua **tese central**, a cidade não é senão “um apêndice rural, um puro reflexo do campo”: nos povoados quem na verdade mora são só comerciantes, vadios e prostitutas!

Sendo assim, considerando ainda a mediocridade da administração portuguesa na colônia, bem como a administração metropolitana responsáveis pelos negócios da colônia, não conseguimos livrar-nos dessa **herança** como que *genética* e somos o que somos: *um país de pobres e miseráveis*, ou seja, *um país rico de um povo pobre*, cujo desafio é superar essa herança para encontrar seu próprio destino.

A **tese de Caio Prado** perde sua extensão em termos de cobrir toda a nossa trajetória histórica, uma vez que *os determinantes da colonização portuguesa, dois séculos após a Independência, e o próprio caldo étnico originário se mesclou com os novos contingentes oriundos da Europa e da Ásia*, portadores de **variantes** que *desfiguraram a suposta boçalidade e apatia das contribuições iniciais*, sem que o círculo fechado fosse, todavia, decisivamente rompido.

Nesse embate confrontam-se como que **dois Brasis**:

1. um **organizado**, com certa coerência e solidariedade, mas marcado pela corrupção, inépcia e dissolução,
2. enquanto que o outro permanece **desorganizado**, vegetativo e daí inerme.

O que fazer, então?

O Brasil já viveu *alguns momentos decisivos para as transformações esperadas*, que, entretanto, como sabemos, não se deram.

Mas haverá *outras oportunidades eventuais*, desde que o **sujeito revolucionário**, isto é, o próprio povo brasileiro esteja preparado para as aproveitar.

Coronelismo, Enxada e Voto

Bolívar Lamounier, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Coronelismo, Enxada e Voto*, de autoria de Vítor Nunes Leal.

O livro não se trata de *uma simples crônica sobre os males do latifúndio e o chamado mandonismo rural*, na verdade, é a primeira **análise rigorosamente sistêmica** da política brasileira.

Trata-se de uma análise abrangente, complexa, mas sobretudo fatural, que busca estabelecer *as interconexões relevantes dos componentes para a compreensão da emergência do que ocorre no processo político*.

O que pretende mostrar é *como funcionava (e em certa medida ainda funciona) o processo político brasileiro*.

Os termos **estrutura** e **processo** aparecem explicitamente no título do primeiro capítulo.

O **coronel** entrou na análise por ser *componente do sistema*, mas o que mais preocupava o autor era *a visão sistêmica, a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolvem a partir do município*.

Na **Primeira República**, *a figura do senhor absoluto já desaparecera por completo*.

Mesmo as distorções tradicionalmente apontadas como decorrências de nossa **formação histórica** – com destaque para *o alto grau de concentração da propriedade fundiária* e para *o latifúndio como um complexo social e de poder* – não aparecem neste livro como simples objeto de denúncia ou como respaldo à alguma proposta ideológica.

Seu **objetivo** é adensar *a descrição da estrutura* em que se desenrola o processo político, *como ele é* e não como o idealizamos.

A **tese central do livro** é a contestação do lugar-comum que afirmava que a hipertrofia do papel político-eleitoral dos proprietários rurais – o chamado “**coronelismo**” – seria *a decorrência lógica da pujança econômica e social do latifúndio*, que se sobreponha ao próprio poder público.

Contra essa impressão, Vítor Nunes propõe **o paradoxo**:

1. a dilatação do *papel político-eleitoral do latifúndio* não é consequência de sua *força*, mas de sua *fraqueza*;
2. não decorre de sua *ascensão*, mas de sua *decadência*; e
3. não reflete o *debilitamento*, mas, ao contrário, o progressivo *fortalecimento do poder público* em relação ao **poder privado** outrora incontestável dos grandes senhores rurais.

Essa dilatação ou hipertrofia ocorreu porque, com o advento da República, o Brasil superpôs um **regime eleitoral-representativo** de base muito mais ampla que o do

Império a *uma estrutura social ainda arcaica*, na qual **o latifúndio**, embora decadente, detinha *um poder residual importante*.

Com essa mudança político-constitucional, e também porque, naquela época, *a grande maioria do pequeno eleitorado brasileiro se achava concentrada em pequenos municípios rurais*, os proprietários da terra subitamente ganharam uma **nova moeda de troca**: a possibilidade de mobilizar e em grande parte controlar o voto de cidadãos pobres e despolitizados.

Com isso, passaram a se interessar pela **atividade política municipal**, controlando, na prática, *a vida política dos municípios*, e por aí impondo às autoridades estaduais e até federais um padrão de relacionamento conforme aos seus interesses.

Longe de restringir o alcance da análise, **o foco no “coronelismo”**, portanto, o amplia, pois mostra como *o interior brasileiro daquela época, embora decadente, conseguia impor seu peso material e sobretudo populacional* ao funcionamento político dos estados e mesmo do país como um todo.

No final, Vítor Nunes, corretamente, previu que *esse poder político-eleitoral dos “coronéis” debilitar-se-ia progressivamente* em função de:

1. os aperfeiçoamentos na legislação eleitoral e
2. o peso cada vez maior da população urbana em relação à rural.

Tese básica a respeito do “coronelismo”: não se trata de *uma afirmação anormal do poder privado*, mas sim o que ele pressupõe é, ao contrário, *a decadência do poder privado*.

Embora esvanecendo-se, *o “coronelismo” conserva parte de sua antiga pujança*, em caráter residual, sob a forma da já referida relação de **compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido**.

O fenômeno estudado é **característico do regime republicano**, já que tem por requisito a presença do *sistema representativo*, pois que só nesse caso **a moeda de troca** à disposição do coronel – *os votos de cabresto* – adquire valor.

Apesar da dependência do poder público da função intermediária dos chefes locais, *o elo forte do sistema é constituído pelos governos estaduais*.

Daí o fato de o **“coronelismo”** ostentar *feição marcadamente governista*.

O **governo federal** teve de garantir sua posição de parte forte naquele *compromisso político*.

O **rompimento do “pacto coronelista”** começaria a ocorrer com a Revolução de 1930, que decretou o fim da chamada República Velha.

O coronelismo permitiu uma sobrevida política à antiga camada dominante rural.

A partir de 1946, surgiu uma democracia mais competitiva e de maior base popular, mas se mantém sequelas do coronelismo nas relações sociais e na vida cultural brasileira.

O **senhorato rural** que se formou a partir da agricultura latifundiária foi, em nossa história, um poderoso fator de retardamento na modernização do país.

- Esse retardamento não se deveu apenas às **disfunções econômicas** de uma agricultura com alta concentração da propriedade fundiária.
- Deveu-se, sobretudo, à *característica tendência dessa camada dirigente de se apoderar do poder público para fins privados* – o chamado “**patrimonialismo**” – e à *acentuada desigualdade social que sempre tolerou e até mesmo estimulou*, e cuja prova maior é o **extremo atraso educacional do interior brasileiro**.

A toda uma mentalidade atrasada, portanto, é que se deveu *o pouco progresso social e cultural do Brasil nas décadas subsequentes*, não obstante o enorme salto dado no tocante à industrialização, à urbanização e à formação de um sistema nacionalmente integrado de comunicações.

Configurou-se, em substituição, “o coronelismo midiático” em escala nacional! Reeede Globo!!! Plim, Plim...

A efetiva decomposição do coronelismo veio a acontecer *não pela reforma agrária*, como em outros países, mas sobretudo como *decorrência da industrialização e urbanização*, acelerando a migração campo-cidade com *a mecanização do campo* pelo moderno agronegócio de exportação.

Isto ocorre mais no Sul-Sudeste-Centro-Oeste, cindindo o país em *agricultura moderna* nessas regiões e em *agricultura arcaica* no Norte-Nordeste.

Estas regiões ainda se mantêm como **fornecedoras de “coronéis” e clãs dinásticos** que sustentam *a mescla Presidencialismo-Parlamentarismo de ocasião*, para dar golpe na democracia eleitoral em **aliança com clãs urbanos-industriais-midiáticos do Sudeste**.

Este livro clássico inspira uma leitura do presente, questionando *se, de fato, houve “uma série de fatores estruturais que tornaram impossível ou meramente residual o controle antes absoluto do senhorato rural sobre os cidadãos-eleitores”*:

1. o crescimento da *população e urbanização*, conseqüentemente, da *educação*;
2. a consolidação de *um mecanismo eleitoral-representativo* com a extensão do voto à mulher em 1934, ao analfabeto e ao adolescente em 1988, a prática eleitoral bienal, a formação de um grande eleitorado com acesso a voto eletrônico de apuração centralizada;
3. a politização do País com *a fragmentação pluripartidária* com poucos movimentos sociais por detrás de partidos, talvez o sindicalista, rachado entre o PT e o Solidariedade (sic), e as facções evangélicas, divididas entre diversos partidos religiosos ou não laicos.

Dada essa fragmentação, *o coronelato rural perdeu a sua velha importância política, porém mantém alguns nichos de poder local residuais*.

Instituições Políticas do Brasil

Maria Hermínia Tavares de Almeida, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Instituições Políticas Brasileiras*, de autoria de Oliveira Viana.

José Francisco de Oliveira Viana (1883-1951) era filho de fazendeiros prósperos do Estado do Rio. Porém, pode ser classificado como pertencente à **casta de sábios-intelectuais**, tendo atuado também como *sábio-tecnocrata*.

O livro *Instituições Políticas Brasileiras*, embora publicado em 1949, inclui-se no **movimento de ideias antiliberais** que varreu o Ocidente nas décadas de 1920 e 1930.

No Brasil, se condensou na *crítica às instituições e práticas políticas da Primeira República* (1889-1930).

Esse debate não era alheio ao **assédio à democracia liberal** movido pelas *ideologias (e movimentos) socialistas ou fascistas*, em ascensão na Europa.

É um grande ensaio sobre *os fundamentos históricos e sociais da política brasileira*. Seu **tema central** é:

1. *o desencontro de regras que tratam de organizar a vida política*, cristalizadas nos princípios liberais das Constituições brasileiras, desde 1824, e
2. *os comportamentos efetivos*, moldados pela cultura política de uma sociedade ainda tradicional.

Trata, então, da *enorme distância que separa o país legal do país real*.

- O **país legal** é *o país das elites cosmopolitas e metropolitanas*, entre as quais se destacam os juristas liberais.
- O **país real** é *a terra do povo-massa*, predominantemente *rural*, com suas normas, comportamentos e tradições próprios – e ignorados pelas elites.

O **fio-condutor da argumentação** de Oliveira Viana é esta oposição entre:

1. o país idealizado na Constituição e
2. o Brasil profundo.

“Pedro I entregou o trabalho a dez cidadãos de sua confiança e, em 24 de março de 1824, a Coroa promulgou a Constituição do Império do Brasil. Dez constituintes não constituem o recorde mínimo. A Constituição de 1937 foi preparada por uma única pessoa, o ministro da Justiça Francisco Campos, cujo norte ideológico era a Itália de Benito Mussolini. A Carta de 1967 foi obra de apenas quatro constituintes. A de 1988 bateu o recorde no sentido oposto: 558 deputados e senadores.”

Em **Fundamentos Sociais do Estado**, destaca as instituições política do Brasil como resultado de *uma formação histórica específica muito diferente da trajetória dos países anglo-saxões*, berço da democracia liberal:

- a Monarquia Parlamentarista inglesa e
- o Presidencialismo norte-americano.

Aqui não é nenhum nem outro, pior, periodicamente, *é uma vã tentativa de mesclar os dois regimes sob governos golpistas e autoritários*, dentro do caldo cultural que denominei de **Tropicalização Antropofágica Miscigenada**.

O ponto-de-partida do livro é a distinção entre:

1. o **direito-lei**, obra da elite de juristas, materializa-se nas leis, códigos, constituições, e
2. o **direito-costume**, criado pelo povo-massa, é constituído por sistemas orgânicos de normas fluidas não sistematizadas, decantação de usos e costumes centenários e desconhecidos das elites.

A adequação e eficácia das **regras jurídicas** – “leis que pegam” – dependem de sua *capacidade de incorporar às normas o que a prática costumeira das populações sedimentou*.

Não foi o que aconteceu o mais das vezes na produção legislativa brasileira, *pouco atenta à experiência do povo-massa*, ao contrário do que ocorreu nos países de tradição anglo-saxã.

Logo, a **grande tese do livro** é que “toda a dramaticidade de nossa **história política** está no *esforço improfícuo das elites para obrigar o povo-massa a praticar esse direito por elas elaborado*, mas que o povo-massa desconhece e a que se recusa obedecer”.

O desencontro do **direito-lei** e o **direito-costume** no Brasil é oposição entre *dois modos de ser*, entre *duas culturas políticas diversas*:

1. a das **elites metropolitanas** com *a cabeça-feita* nos países colonizadores culturais, e
2. a da **enorme massa de população rural** – *o povo-massa* –, imersa em tradições centenárias.

As **diferenças entre a democracia nos Países Anglo-Saxões e a no Brasil** vêm do passado:

- de um lado, a experiência milenar das comunidades agrárias europeias ou das aldeias dos colonos norte-americanos e,
- de outro, o empreendimento colonial português.

Nada que pudesse engendrar *instituições de autogestão, práticas de cooperação ou alguma noção de bem público*.

Enformou *um tipo humano adequado a essa disposição dispersiva, individualista e atomística*.

Criou o **Homo Colonialis**, amante da solidão e do deserto demográfico, rústico e antiurbano, tal como o *paulista do bandeirismo*: conquistador, desbravador, aventureiro, voltado para si e seu clã, escravizador sem altruísmo.

O legado de três séculos de colonização foi, assim:

1. uma **sociedade dispersa** em herdades rurais, pouco coesa e fortemente hierarquizada; e
2. uma **cultura política** privatista, particularista, personalista, localista e paternalista-autoritária.

Sobre esse terreno impróprio, e sem cuidar de modifica-lo, as elites que fizeram a Independência política quiseram edificar a democracia.

A **imposição do sufrágio universal e da Monarquia constitucional** não criou ao mesmo tempo *as estruturas sociais e complexos culturais* necessários ao bom funcionamento do novo regime.

Entretanto, provocou *uma transformação* importante no funcionamento das instituições sobre as quais se assentara a vida política na Colônia.

Desaparecem a antiga dispersão, a desconexão e o isolamento dos senhores rurais, tornando-se *solidarizados em dois grupos em disputa política*, cada um deles com um chefe ostensivo a cujo mando todos obedecem.

Ele é o agente unificador local que garante *a unidade de comportamento dos clãs agremiados* em um desses dois grupos em disputa.

Cada qual fica unido sob uma legenda partidária, são **Conservadores** ou **Liberais**.

A mudança não tem causas sociais nem econômicas, mas tão somente políticas, ou mais precisamente, eleitorais.

A instituição do sufrágio “universal” (sic) transformou os clãs senhoriais e parentais em clãs eleitorais de base municipal.

Não é outra a verdadeira natureza dos partidos políticos brasileiros – uma aliança de **clãs eleitorais** –, tanto no Império como, mais tarde, na República.

Segundo Oliveira Viana, apesar da incompatibilidade entre as instituições política do país real e o ordenamento legal do Brasil independente, o Império logrou criar uma **elite política com consciência dos interesses nacionais**.

Oliveira Viana diz que *essa elite é produto do mérito individual de seus componentes e da vontade de um imperador estadista*, que soube **selecionar os melhores** e dar-lhes um papel importante na política nacional.

A **seleção pelo método eleitoral** nunca daria o mesmo resultado, pois *não poderia senão criar um corpo de representantes que espelhasse a cultura de:*

1. o povo-massa,
2. o espírito de clã,
3. o personalismo, e
4. o privatismo.

A **construção de uma elite verdadeiramente nacional** foi *interrompida pela República*.

Ela eliminou o Poder Moderador e, com ele, *a possibilidade de existir uma instância situada acima dos partidos e das miúdas disputas de clãs que encarnavam*.

- A República colocou o **mecanismo eleitoral** no centro da vida política.
- Ao fazê-lo, abriu as comportas para o *povo-massa*, para o predomínio do Direito Público costumeiro.
- Com isso, *o País se tornou prisioneiro de seu passado*, com todos os eleitores pensando *regionalmente* ou, mesmo, *paroquialmente*, tendo *a consciência nacional* ficado no passado imperial.

Para Oliveira Viana, parecem ser, assim, **necessários para que o País escape ao destino ao qual o condenara sua história**:

1. uma *elite de indivíduos excepcionais* e
2. um *dirigente dotado da consciência nacional* que falta ao povo.

A **transformação do Brasil em Nação plenamente constituída** requer que se discutam *as condições de êxito da política transformadora*.

Os reformadores têm que escolher entre **duas técnicas de reforma** que a história ensina:

1. **a liberal**: quando se espera que o povo adira à mudança que a política governamental propõe e a execute voluntariamente em *liberdade*; e
2. **a autoritária**: quando o Estado usa da *coação* para obrigar o povo a mudar de conduta.

A longa experiência histórica de **reformas fracassadas no país** parece indicar ao autor que *é mais difícil obter êxito por meio da técnica liberal*.

Na medida em que se trata de mudar comportamentos associados a crenças e hábitos arraigados, a adesão espontânea não é muito provável: *alguma coerção é necessária*.

Oliveira Viana tem preferência por **uma organização nacionalmente centralizada** com *um Poder Executivo forte e liberto da influência do Parlamento e dos Partidos*, ou seja, do Poder Legislativo com sua política fisiológica de “*toma-lá-dá-cá*” para aprovação de qualquer medida necessária.

Estes últimos seriam **a forma moderna de expressão dos clãs**, por isso, as primeiras atitudes para *a desintegração deste complexo da mescla política parlamentarista/presidencialista e dos partidos de alugueis* são:

1. a despartidarização do Executivo e

2. a subestimação da importância dos políticos.

A **descentralização política** por meio do *municipalismo* ou do *federalismo* é **condenada**, pois significa reforçar o que se quer combater: *o mandonismo, o coronelismo*, enfim, *todas as formas de manifestação do complexo de clã*.

Na política brasileira, a **rede de relacionamentos afetivos/clientelísticos do Homem Cordial**, líder em cada um dos partidos oligarcas, é *o determinante-chave das nomeações* – e não a comprovada competência técnica.

Ao contrário do que imaginam as elites brasileiras, a **liberdade política**, expressa no *direito do voto*, não é garantia de **liberdades civis**.

Na opinião de Oliveira Viana, apenas sobre *a garantia real dos direitos civis do cidadão* é possível assentar uma **democracia verdadeira**.

Esse corpo de ideias, que os estudiosos denominaram **pensamento autoritário** ou **autoritarismo instrumental**, forneceu a *rationale* da **experiência autocrática** – sistema político em que um só indivíduo exerce um abuso de poder absoluto e ilimitado como governante e pode assumir as formas de *despotismo, tirania, ditadura, oligarquia, autarquia, monocracia* – entre a Revolução de 1930 e a queda do Estado Novo em 1945.

O **“consenso desenvolvimentista”**, seja *nacionalista*, seja *militar*, que perdurou até a década de 1980, é a afirmação de que *a intervenção deliberada do Estado era a condição indispensável à transformação do País*.

O **nacional-desenvolvimentismo** ou o **desenvolvimentismo-militar** achava que *a ação modernizadora do Estado requeria a concentração da capacidade decisória no Poder Executivo com um projeto de Nação a construir*.

O **Poder Legislativo** seria o território por excelência dos *interesses particularistas*, portanto *conservadores*, do mesmo modo que os **partidos** seriam *o veículo privilegiado de sua expressão*.

A **falta de nitidez político-ideológica e base social** seriam indissociáveis dessas *agregações de clientelas*, envolvidas em *querelas paroquiais* e dedicadas ao *benefício particular* de seus mandatários.

A arraigada *rejeição aos partidos e à vida parlamentar*, bem como a *exaltação do papel demiurgo e modernizador do Poder Executivo*, dominado pela **casta de sábios-tecnocratas**, constituem **o núcleo-duro do “consenso desenvolvimentista”**: este organizou o espaço da luta política no Brasil do século XX.

Na virada para a última década desse século, o desenvolvimentismo foi superado pelo advento da Era Neoliberal (1988-2002). Depois, esta foi derrotada, eleitoralmente, por quatro vezes seguidas pelos eleitores do Social-Desenvolvimentismo (2003-2014).

Até que esta ideologia foi **golpeada pela mescla de parlamentaristas-presidencialistas**, em uma reação de autodefesa dos *oligarcas de clãs parentais* contra investigações do

MP, PF e STF sobre seus malfeitos, especialmente *o financiamento corrupto das eleições* desses parlamentares.

Será que, de fato, **o País real** foi progressivamente deixando de ser *o domínio da casta dos aristocratas latifundiários governantes* e **a política** já é algo mais do que *mera disputa entre clãs eleitorais urbanizados*, destacadamente *a casta dos sábios-pregadores midiáticos* (jornalistas, pastores, sacerdotes, etc.)?

Formação Econômica do Brasil

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX.

Sua *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* é a única obra de autor brasileiro que aparece entre os clássicos da História do Pensamento Econômico.

Ele enfatizava *o papel do Estado na economia para superar o subdesenvolvimento com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico com base na industrialização.*

Na tentativa de explicar **as causas do subdesenvolvimento brasileiro**, Celso Furtado analisou a história do país considerando *o modelo centro-periferia*, apresentado no pensamento econômico da CEPAL.

Para ele, o Brasil era *periferia* em relação ao *centro*, composto por países europeus e pelos Estados Unidos, até o fim do ciclo do café.

Por consequência, *o dinamismo do país era desproporcionalmente dependente das condições econômicas do centro.*

Além dessa condição, o Brasil possuía uma lógica social e econômica própria na qual uma *economia de subsistência* e com muito baixa produtividade existia ao lado de uma *economia altamente dinâmica voltada à exportação.*

A relação entre as duas caracterizou os diferentes ciclos do país:

1. ciclo da cana-de-açúcar,
2. ciclo do ouro e
3. ciclo do café.

Esse último permitiu o início de um *processo de industrialização* no país.

No entanto, por conta de sua posição de *periferia* e o *dualismo interno*, o Brasil teve que constantemente enfrentar **dois grandes problemas**: *inflação e desigualdade de renda.*

A **originalidade do enfoque de Celso Furtado** foi debruçar-se sobre o passado para esclarecer o presente, isto é, *buscar nos cinco séculos da história brasileira as raízes dos problemas que entravavam o desenvolvimento do país.*

Também inovadora era a *combinação do método histórico com a análise econômica*, que levou o autor a esboçar uma visão interpretativa da sociedade brasileira e a abrir novos horizontes da compreensão do passado.

Esse “modo amplo de ver”, como escreveu na época o historiador Francisco Iglesias, foi uma das razões que fez seu colega francês, o historiador Fernand Braudel, considerar *Formação econômica do Brasil* um dos grandes livros de história econômica do mundo.

Celso Furtado é tido como um dos grandes intérpretes do Brasil. A obra representa um marco na história das Ciências Sociais no Brasil.

O livro é dividido em cinco partes. Na Primeira Parte, trata dos **fundamentos econômicos da ocupação territorial**, da expansão comercial à empresa agrícola, dos fatores do êxito da empresa agrícola, das razões do monopólio, da desarticulação do sistema, compara com as colônias de povoamento do hemisfério norte, analisa as consequências da penetração do açúcar nas Antilhas e mostra como foi o encerramento da etapa colonial.

Na Segunda Parte, trata da **economia escravista de agricultura tropical séculos XVI e XVII**, mostrando o nível de capitalização e nível de renda na colônia açucareira, o fluxo de renda e crescimento, a projeção da economia açucareira na pecuária, a formação do complexo econômico nordestino e a contração econômica e expansão territorial.

Na Terceira Parte, trata da **economia escravista mineira século XVIII**, com o povoamento e articulação das regiões meridionais, a análise do fluxo da renda e da posterior regressão econômica, tendo em contrapartida a expansão da área de subsistência.

Na Quarta Parte, trata da **economia de transição para o trabalho assalariado século XIX**, mostrando seu impacto no Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial, por causa do passivo colonial, crise financeira e instabilidade política. Faz o confronto com o desenvolvimento dos Estados Unidos e destaca o declínio em longo prazo do nível de renda na primeira metade do século XIX. Apresenta a gestação da economia cafeeira e o enfrentamento do problema da mão-de-obra, primeiro com análise da oferta interna potencial, depois com a imigração europeia, mostra o que denomina transumância amazônica e finaliza mostrando a solução do problema da mão-de-obra com a eliminação do trabalho escravo. O nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX ainda eram dependentes do fluxo de renda na economia de trabalho assalariado, revelando uma tendência ao desequilíbrio externo. Depois, os desafios passaram a ser a defesa do nível de emprego e a concentração da renda. Após a descentralização republicana, houve a formação de novos grupos de pressão.

Na Quinta Parte, trata da **economia de transição para um sistema industrial século XX**. Mostra a crise da economia cafeeira e analisa os mecanismos de defesa e a crise de 1929, provocando o deslocamento do centro dinâmico. A economia brasileira não consegue superar o desequilíbrio externo e sua propagação, até recorrer ao reajustamento do coeficiente de importações. Por fim, analisa os dois lados do processo inflacionário e encerra traçando a perspectiva dos próximos decênios, traçada no final dos anos 50.

O texto corrido tem 252 páginas e os capítulos são relativamente curtos. Em uma série de cinco posts, destacamos:

1. a comparação com o desenvolvimento dos Estados Unidos no século XIX,
2. o deslocamento do centro dinâmico após a crise de 1929,
3. a análise do processo inflacionário brasileiro,
4. a abordagem estruturalista da industrialização, e
5. a análise da tendência à concentração regional da renda.

Conciliação e Reforma no Brasil

Alberto da Costa e Silva, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Conciliação e Reforma no Brasil*, de autoria de **José Honório Rodrigues**.

Ele expõe uma **tese**: suas escavações no passado revela-nos *o segredo de como fizemos e continuamos a fazer nossa história*; a chave para entender-nos é a **conciliação**.

Não se deve, contudo, confundir sempre **conciliação** com **conformismo**.

Se às **massas populares** o País deve a integridade territorial, a unidade linguística, a mestiçagem, a tolerância racial, cultural e religiosa, e as acomodações que *acentuaram e dissolveram muitos dos antagonismos grupais e fizeram dos brasileiros um só povo*, que como se reconhece e auto estima, delas também recebeu *as melhores lições de rebeldia contra uma ordem social injusta e estagnada*.

A **conciliação** dava-se no cotidiano das relações humanas, mas era *frequentemente substituída pela inconformidade, a contestação e a revolta nas relações políticas, econômicas e sociais*.

O que caracteriza o nosso itinerário no tempo é *um permanente divórcio entre a Nação e o Poder*, entre **o que a sociedade quer** e **o que o governo faz** ou, melhor, **deixa de fazer**.

A **paz entre os donos do mando** acerta-se, geralmente, por:

1. o adiamento do debate,
2. sua redução aos termos mais simples, ou
3. desmerecimento ou ocultação dos problemas.

Em nome da concórdia, protela-se. Por exemplo, o presidente Sarney dizia que havia apenas dois tipos de problemas no mundo:

1. aqueles que o tempo resolve, e
2. os insolúveis!

A **conciliação pela inércia** sempre *empurrou para o futuro os grandes problemas nacionais*. Só os enfrentamos, temerosos e prudentes, quando não há mais jeito de evita-los. *Com grande atraso, portanto, e, em geral, com soluções e remédios que já perderam o prazo de validade*.

Não se busca a concórdia:

1. pelo respeito à diversidade de ideias e
2. pela aceitação de que governe um partido e de que os outros dele discordem.

O que se procura é diluir ou, se possível, anular o dissenso.

Por isso, *perdoam-se e reabsorvem-se os revoltosos, sempre que esses são tidos por iguais*, como os dos Farrapos, mas não quando são magotes de escravos ou negros, caboclos, mulatos e cafuzos em eira nem beira, como os cabanos ou, já na República, os beatos de Canudos.

Há que converter os dissidentes. E que acalmar os insubmissos. Pois a política da conciliação serviu para *reforçar, revitalizar e renovar, periódica e parcialmente a minoria dominante*, quase todas as vezes em que esta se encontrou ameaçada por opositores ou insatisfeitos, *chamando-os para o círculo interno do poder*.

Mantêm-se, assim, **coesos** ou, quando menos, **cúmplices da inação** os vários grupos que aspiram a conduzir o País.

Por isso, na história do Brasil, abundam os que pregam as reformas, porém, no mando, não as fazem: o **consenso** dá-se sempre em favor do *status quo*.

Mesmo nossos **líderes populistas**, como Vargas, nunca acreditaram na *maioridade do povo*.

A **autonomia** deste significaria, segundo Kant (1724-1804), adquirir *a capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida*, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjungante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível.

Os **melhores políticos do passado** foram quase sempre *mais moderadores do que criadores*.

Evitavam as **reformas** que tinham geralmente por precipitadas, e com isso:

1. desserviam o povo e
2. comprometiam o progresso da Nação.

Em contrapartida, *corrigiam os radicalismos e poupavam o País da intolerância*, refletindo na **ação política** as aspirações de *harmonia e entendimento* de uma gente na qual *a mestiçagem abrandou as relações sociais*.

Essa **conciliação**, ainda que *infecunda*, infelizmente foi recém substituída:

1. pela recusa ao diálogo,
2. pelo desrespeito aos opositores,
3. pela intolerância mútua e
4. pela intransigência.

Formação da Literatura Brasileira

Benjamin Abdala Júnior, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Formação da Literatura Brasileira*, de autoria de Antônio Cândido.

O livro *Formação da Literatura Brasileira* é sobretudo uma definição, através da literatura, dos traços marcantes de como nos, brasileiros, imaginávamos no momento de nossa afirmação com Nação politicamente independente.

Depois da II Guerra Mundial, quando se proclama o **Princípio de Autodeterminação dos Povos**, passa a ser o momento de luta por *uma descolonização mais ampla*, para ir além de todas as formas de dominação neocoloniais ou imperiais, não restritas apenas a suas implicações *políticas*, mas também *sociais, econômicas e, destacadamente, culturais*.

A compreensão desse **novo Brasil soberano** pedia então *novas interpretações de nossa formação*, matizando aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que repercutiam em nossa contemporaneidade.

A base dessa reflexão provinha dos **anos 30/40**, através das obras de Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Depois, nos **anos JK**, pós-suicídio de Getúlio Vargas nos anos 50, esses autores foram sucedidos pelas obras de Raymundo Faoro, Celso Furtado e Antônio Cândido.

Desejava-se **um novo Brasil** a partir dos *diagnósticos* de nossas carências históricas.

Era uma reconfiguração construída à esquerda avessa ao ufanismo que persistia, com seus efeitos imobilistas, no **pensamento conservador dos anos 50**.

Reinterpretava-se o Brasil para sua transformação.

O momento era de *afirmação política da diferença brasileira*, do reconhecimento de nossa Independência também no **plano do imaginário**.

Para Antônio Cândido, ao contrário do que imaginavam os românticos, nossa literatura – aliás como toda a **cultura dominante no Brasil** – foi-nos *imposta*, constituindo um *produto da colonização, no caso, cultural*.

Não era um prolongamento das culturas locais, como sonhavam, mas **um transplante da literatura europeia**.

Essa **condição subalterna** aponta, em termos de valoração, para *o conjunto da literatura* e não para *a produção individualizada*. Não se exclui, pois, *a possibilidade de obras individualmente relevantes*.

Para os **românticos**, colocava-se, então, *a necessidade de buscar assuntos diferentes dos veiculados na Europa*, mas acabaram restritos a uma operação de substituição como a ocorrida com o **indianismo**.

Era a busca de um equivalente nacional aos pretensamente altivos cavaleiros medievais. Foi mera adaptação dos gêneros literários às necessidades de expressão dos sentimentos nacionais.

Como se trata de um **sistema literário nacional**, envolvendo escritores que têm seu *horizonte cultural dirigido para a Nação* e manifestam em graus variáveis o desejo de fazer uma *literatura brasileira*, Antônio Cândido não considera *literatura*, mas *manifestações literárias*, as produções anteriores à Independência do século XVI até meados do século XIX. Faltaria a elas esse **caráter sistêmico**:

1. **autores**, caracterizando a existência de uma vida literária,
2. **público**, permitindo sua veiculação; e
3. **tradição**, para dar continuidade ao repertório literário.

De início, houve **predominância de valores locais**, não se voltando para outras partes do País. *O horizonte tornar-se-á nacional de forma mais abrangente, para a intelectualidade brasileira, a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais e o deslocamento do eixo político para o Sul-Sudeste.* Formaram-se novos centros urbanos e intensificou-se a vida cultural.

A vida literária citadina propiciará o surgimento de *grupos de escritores que desejavam ter uma literatura do País*. Há, pois, um **sentimento de missão**, uma tomada de consciência embalada pelo *nacionalismo artístico*. Configuram-se os *horizontes nacionais*, o que antes constituía *manifestações de caráter local*.

Afasta-se de uma **perspectiva mecanicista**, onde *o literário seria uma decorrência do discurso histórico*, mas também – pelas articulações entre os intelectuais do Brasil e do exterior – *dos condicionantes meramente nacionais do texto literário*.

As **sugestões que vêm de outras literaturas** são bastante importantes para *a própria dinamização do sistema literário brasileiro*.

Antônio Cândido vê com muita desconfiança as **manifestações de exotismo literário** – a representação da *cor local* – que atende ao *gosto do provinciano ou do estrangeiro* que procura em nossa literatura o equivalente a *imagens estereotipadas*.

Como ocorre, então, na dinâmica do sistema, a síntese entre o discurso sócio histórico e o literário?

A situação histórico-cultural, isto é, os *fatores externos*, tornam-se *internos* na realização textual. As **formas literárias** são assim **históricas e sociais**, sem deixarem de ter sua autonomia específica – *uma autonomia relativa capaz de articular o social e o histórico*.

A **obra literária** contém, em suas *formas internas*, esse social e histórico, evitando-se assim o paralelismo da historiografia positivista que desconsiderava a especificidade dos textos literários ao coloca-los como *decorrência passiva dos fatos históricos*. É próprio da maneira de ser do texto literário **a criatividade, a inovação artística**.

Ao refletir assim sobre as relações da nossa literatura com a história da Nação, Antônio Cândido nos mostra *os mecanismos pelos quais aprendemos a nos ver e a nos imaginar* – **mecanismo no sentido prospectivo**, atraídos por futuro a ser continuamente inventado.

Essa maneira de **ver a literatura em sua autonomia relativa** é *extensiva para todos os campos artísticos e não artísticos de nossa cultura, onde o sistema nacional entra em interação com outros sistemas e, em particular, com um campo intelectual de caráter supranacional.*

É evidente que **relações de poder simbólico** atravessam esse campo com *implicações político-culturais.*

Há sempre a necessidade de se considerar *onde o indivíduo*, seja ele autor ou crítico, *tem os seus pés e por onde circula a sua cabeça.*

A consciência crítica da *maneira de ser da cultura brasileira* nutre-se da **dialética contraditória entre o local e o universal**:

- de um lado, há *a historicidade da tradição interna*, que teve suas origens no processo de inculcação colonial e estabelece uma linha de continuidade;
- de outro, *os repertórios de circulação entre os sistemas culturais* articulados ao do Brasil.

Entre os dois polos (interno/externo) abrem-se *espaços para relevar as carências*, que favorecem uma **tomada de consciência**.

Esta, *uma maneira crítica de nos ver de nos imaginar como comunidade nacional*, reúne condições, tanto na literatura quanto em outras áreas culturais, de levar ao *aprofundamento das sugestões locais*, forma de nosso imaginário que se fazem assim *universais.*

A Revolução Burguesa no Brasil

Gabriel Cohn, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da Sociologia brasileira, *A Revolução Burguesa no Brasil*, de autoria de Florestan Fernandes.

Este livro, publicado em 1974 (ano em que me graduei em Economia), em plena ditadura militar, foi pouco entendido por causa de seu hermetismo teórico-metodológico.

“Para o mal (*academicismo*), para o bem (*rigor científico*)”, demarca a entrada no debate político brasileiro da **casta de sábios-universitários**, isto é, docentes de um Ensino Superior um pouco mais massificado em comparação com a elite formada outrora no exterior.

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan não faz historiografia, mas sim “Sociologia histórica de longa duração”.

Não lhe importa a exposição minuciosa dos eventos, mas sim tornar explícito o papel que **certas configurações históricas decisivas** assumem:

1. na *constituição dos grandes grupos sociais e das relações entre eles*, e
2. na *definição do formato da sociedade* em seu conjunto.

Estudar **a revolução burguesa no Brasil** significa, para Florestan, reconstruir com se dá nesta particular *configuração histórica* um processo de proporções mundiais que é, simultaneamente, econômico, político, social, cultural e que se estende até à estrutura da personalidade e às formas de condutas individuais.

É um *processo multidimensional* que está em jogo, e que ocorre em múltiplas escalas e com diversas interconexões entre seus componentes.

Reconstruir esses níveis de análise nas suas diferenças e nas suas articulações em cada fase do processo é a principal tarefa da análise.

Não se trata, portanto, nem de delinear os traços gerais da *auto-organização* própria da economia de mercado capitalista nem de realizar *análise comparativa* entre variedades de capitalismo.

E não é propriamente *a expansão do capitalismo* que está em pauta.

A dimensão central da análise não é **econômica**, mas sim **sociopolítica**.

Daí a ênfase na revolução *burguesa*: trata-se de examinar a formação de **um “estilo especial de revolução burguesa”**.

Para entender melhor o título e o tema do livro, o que está em questão é *o processo social pelo qual uma classe burguesa se constitui no Brasil e ganha condições para impor-se não só social e economicamente, mas também politicamente, ao conjunto da sociedade.*

Percebe-se uma persistente iniciativa no sentido da **ampliação do controle sobre toda a sociedade**: é por isso que fala de “revolução burguesa”, mas não de “revolução estamental”.

Abstraindo as “impurezas” dos processos históricos reais, *há uma oposição intrínseca entre os princípios de organização estamental e de classe* no que diz respeito à capacidade política de organização da sociedade:

- ou prevalece **o estamento** e fecha-se o caminho para **a classe**,
- ou *esta o substitui nas instâncias do Poder*.

No caso brasileiro, não temos simplesmente traços estamentais que acidentalmente aderem à organização da classe, mas *a dimensão estamental é incorporada pela classe burguesa como traço estrutural na forja do processo histórico da sociedade*.

A mais importante consequência disso é a **orientação particularista**, voltada para o privado e, portanto, mais consentânea com *posições estamentais* do que com *posições de classe* historicamente revolucionária.

Fica à primeira vista difícil explicar **o declínio da ordem estamental em favor da ordem burguesa**.

A **ordem senhorial** é minada mais por seus próprios processos internos de mudança ao longo do século XIX do que pelo atrito conflituoso com os proponentes da **ordem social competitiva** ou, simplesmente, da **ordem burguesa**.

A “burocratização” da **ordem senhorial** refere-se ao *uso que os detentores estamentais de privilégios souberam fazer do seu acesso privativo a posições valorizadas* para ocupar os novos cargos gerados pela modernização da **ordem legal** e pelas diferenciações estruturais em curso na sociedade.

Isso correspondia a uma espécie de abertura da **ordem senhorial** para as exigências de reorganização econômica.

O *privilegiamento econômico das atividades práticas das camadas senhoriais* assumiu, assim, um caráter de um “**imperativo histórico**”:

- por um lado, esse processo já indicava *a perpetuação de traços estamentais no interior da ordem competitiva* que se anunciava,
- por outro lado, envolvia *a absorção de componentes daquelas camadas em atividades de mercado*, cujas regras, em princípio, seriam incompatíveis com a proteção estamental.

Essas condições configuraram *os limites estruturais*, tanto da **ordem estamental** quanto da **ordem burguesa** que se ia criando na **sociedade nacional**.

O argumento de Florestan é precisamente que, ao *absorver* traços da **ordem estamental** que se propunha *substituir*, a burguesia brasileira incorporou timidez que inibe a dimensão construtiva da polarização. Nasceu **o capitalismo de compadrio**.

Resta a **questão-chave**:

- o *regime democrático representativo burguês* constitui tendência estrutural da sociedade brasileira tal como se deu nela a revolução burguesa?
- ou, pelo contrário, há uma *afinidade intrínseca*, ainda que só manifesta em situações críticas [como no Golpe Parlamentarista no Presidencialismo que ocorreu em 2016], entre a burguesia que aqui se formou e um regime do tipo que Florestan denomina de *autocrático burguês*?

A resposta de Florestan a esta questão é inequívoca, pois em uma **sociedade capitalista dependente**, como é a brasileira, verifica-se:

- ou uma forte *dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia*;
- ou uma forte *associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia*.

Em suma, o **regime compatível com a natureza peculiar da revolução burguesa no Brasil** traz o timbre de uma classe dominante que, não obstante estar *inscrita historicamente em um processo de transformação da sociedade*:

- *não suporta a polarização* (e, portanto, também *o conflito de classes*) e,
- *sob pressão, recua para a acomodação econômica e social e para o despotismo político*.

Não houve, então, **revolução burguesa no Brasil**, e muito menos haverá?

Estamos diante do relato de *uma experiência histórica frustrada*?

O que Florestan mostra é que *esta é a revolução burguesa que teve como se realizar na trajetória histórica concreta da sociedade brasileira*.

Os limites históricos de uma classe só podem ser estabelecidos por outra classe.

Na ausência disso, **o poder de uma classe** na sua **relação com outras classes da sociedade** se concentra **sem freios**, por mais diminuto que seja na sua relação com grupos econômicos e outras instâncias de poder externas.

Em suma, converte-se, no interior da sociedade, em alguma forma de **autocracia**.

O que Florestan nos diz é que, deixada a burguesia, em uma sociedade como a brasileira, solta e à sua sorte, sua **revolução**, aquela que a leva a conformar a sociedade à sua imagem e semelhança, **não tem como ser democrática**, mas sempre estará sob o encanto da **solução autocrática**.

Portanto, não **revolução burguesa** e muito menos **revolução democrático-burguesa**, mas sim **revolução autocrática-burguesa**.

Exige-se *outras forças históricas para se abrir esse circuito fechado* em que se encerraram as frações de classe burguesas.

Os Donos do Poder

Sem ser sociólogo ou politicólogo, mas tendo achado inspiração na leitura do livro *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*, de autoria de David Priestland (São Paulo; Companhia das Letras; 2014), parece-me que *cabe uma revisão da história social e política do Brasil*, assim como esse autor inglês fez da História Mundial, à luz do modo que, antigamente, os sábios viam a sociedade.

A sociedade era vista não *a la* credo liberal como um *aglomerado de indivíduos atomizados*, nem tampouco como as *classes econômicas* de Marx, segundo as quais as pessoas são categorizadas conforme suas propriedades.

O Poder não era visto como apropriado por *partidos político-ideológicos*, mas sim por *grupos profissionais*, cada um dos quais gerando seu próprio *éthos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade.

Isso permitiria ver os **grupos sociais** não só como organismos que buscam *o interesse próprio* e *a vantagem econômica*, mas também como *encarnações de ideias e estilos de vida*, que com frequência procuram *impor aos outros*.

Muito brevemente, *tentei elaborar o início de um esboço do que seria “uma nova história do Poder no Brasil” através do jogo de alianças, ascensão e queda de coalizões governamentais entre representantes dessas castas principais.*

Essa tentativa se conclui com **a releitura do livro de Faoro, Os Donos do Poder.**

Segundo Faoro, o *patrimonialismo* de origem portuguesa determinou, além de uma ordem econômica peculiar, relações específicas entre Homem e Poder.

Atrelou-se a uma ordem burocrática que superpunha o soberano ao cidadão em relação semelhante à existente entre o chefe e o funcionário.

O rei (ou qualquer mandatário republicano) se enxerga como *o primeiro comerciante* do Reino (ou República) assim como *o senhor das terras*.

Daí o “eterno” *espírito de privatização, no trato da coisa pública, ainda existente no País.*

O “troca-troca” através de nomeações para ocupar cargos é **o escambo político.**

Gerindo o comércio e as terras como coisas próprias, o soberano teria lançado as bases para a emergência futura do *capitalismo de Estado.*

O argumento é que *a coroa tinha de ser gerida como empresa econômica voltada para as conquistas marítimas.*

Apoiado na **burguesia comercial**, o monarca consegue, apoiado na estrutura patrimonial, erguer seu domínio acima da classe que havia patrocinado a monarquia.

Ao lado da **nobreza**, *essa burguesia se tornou o fator do poder*, situando-se dentro do Estado. Acima de uma e de outra, pairavam o Rei e a Monarquia.

O grupo de comando não era, para Faoro, uma **classe**, mas um **estamento**, isto é, *um grupo de indivíduos com análoga função social ou com influência em determinado campo de atividade*.

A etimologia da palavra ‘**estamento**’ encontra-se no espanhol do século XVII, na coroa de Aragão, quando cada um dos estados concorria às Cortes e participavam delas, eram eles *os clérigos, os nobres, os cavaleiros e as universidades*.

Refere-se também a cada um dos *corpos co-legisladores*, estabelecidos pelo estatuto real, que eram o dos próceres e o dos procuradores do reino.

O sentido sociológico é uma ampliação semântica ocorrida a partir da obra de Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão.

O **estamento**, portanto, se relaciona com as **quatro castas principais**:

1. os sábios/sacerdotes;
2. os governantes/guerreiros;
3. os mercadores/financistas;
4. os camponeses/trabalhadores.

A diferença entre **classe** e **estamento** reside no fato de a primeira ser *determinada economicamente*, enquanto o segundo é, antes de tudo, uma *camada social*, ou seja, *“os estamentos governam, as classes negociam”*.

Em *Os Donos do Poder*, o autor se preocupa com o **estamento político**: aquele em que *os membros têm consciência de pertencer a um mesmo grupo* – qualificado para o exercício do poder – e que se caracteriza pelo desejo de prestígio e honra social.

O **estamento** é *típico das sociedades em que a economia não é totalmente dominada pelo mercado, como a feudal e, no caso luso-brasileiro, a patrimonial*.

Contudo, encontra-se, também, de forma residual, nas *sociedades capitalistas*.

Representa um *freio conservador* no sentido que é voltado para si mesmo e está preocupado em assegurar as bases do poder com alianças de outra(s) casta(s).

O estamento propicia ao Estado nacional a organização política capaz de empreender, seja a aventura ultramarina, seja a industrialização, que nunca poderiam ter sido obra exclusiva de particulares.

A **exploração sistemática de cargos** – *lá, na Terrinha, como cá, no Terrão, “os cargos são para os homens certos e não os homens certos para os cargos”* – caracteriza o Estado patrimonial de estamento.

Na Índia, como em qualquer colônia, a nomenclatura era considerada como **fonte de extração inesgotável** para os ávidos funcionários e/ou prepostos.

A **nobreza** ou a **classe burguesa ociosa** contemporânea, qualquer uma delas busca a *ostentação propiciada pela economia dirigida pelo estamento*.

A corrupção grassa e o cargo confere aparente *nobreza*.

Onde predomina a **casta de comerciantes**, estabelece-se *um aparelho administrativo que organiza a economia para proveito do mandatário*.

Logo após a conquista do território dos nativos pré-colombianos, quando nada (exceto o pau-brasil) apresentava-se de comerciável à vista dos mercadores portugueses, o *Brasil despontou como escoadouro para miseráveis da metrópole*.

A possibilidade ilusória de conquista da propriedade rural constituiu *o ramo popular da corrente imigratória colonizadora*.

A **colonização do território denominado Brasil** foi *obra do Estado*, tendo nítido cunho de *capitalismo comercial politicamente orientado*:

1. na **conquista**, o elemento **político** foi representado pelo rei, defensor e garantia do empreendimento;
2. o **comercial** foi personificado pelo contratador, armador das naus, vinculado aos financiadores europeus;
3. o **territorial** se concretizou na feitoria.

Empreendimento real, a colonização foi confiada aos **apaniguados**, isto é, aqueles que eram favoritos, protegidos, afilhados, seguidores de ideia, pessoa, partido, etc.

As **castas** que cercavam o trono, representante maior da *casta dos governantes*, garantiriam *a preservação dos vínculos públicos* com a conquista:

1. a *casta dos burocratas* e a *casta dos guerreiros*, assim como
2. a *casta dos sábios* (letrados) e *sacerdotes*.

A Santa Madre Igreja, naturalmente (sic), não poderia estar ausente da *submissão compulsória dos ateus nativos* para a consagração da conquista da riqueza.

Rei e esse estamento burocrático criariam as vilas antes das povoações, criando a realidade com a lei e o regulamento.

Não haveria “terra jamais pisada pelo ser humano” sem dono!

As ameaças à posse e à integridade da colônia levaram a Coroa portuguesa a criar um **sistema de delegação de autoridade** que utilizava os agentes locais:

1. proporcionando-lhes vantagens em troca de encargos;
2. preservando os monopólios e o sistema de tributos.

Nessa época, mais do que os ataques dos nativos e piratas, era “a privatização dos donatários e colonos” que assustava a metrópole.

Para manter o empreendimento colonial, era necessário conceder poder ao estamento burocrático, fixando agentes do soberano e limitando as aspirações autonomistas dos potentados – comerciantes poderosos, influentes e/ou ricos.

Senão, os representantes desta casta de mercadores negociariam as terras, quebrando o monopólio real!

Um desvio dos **privilégios comerciais e tributários da Coroa** seria provocado pela *privatização do latifúndio*.

Face ao **fracasso do modelo das capitânias hereditárias**, correspondeu à necessidade de *reconstrução do Estado absolutista português*.

Após a primeira investida do Estado no sentido de *conquistar o sertão*, a iniciativa foi dada a **particulares**, contudo, eles exerciam *funções públicas*.

Os **caudilhos coloniais** foram membros da *casta dos guerreiros*, mais do que da *casta dos burocratas*.

Enquanto foram úteis à Coroa, a **rebeldia** deles foi tolerada.

O **processo de cerceamento à autonomia dos caudilhos e dos municípios** se tornou irreversível com o aparelho administrativo e fiscalista que se montou sobre o ouro das Minas Gerais.

Para o funcionamento do aparelho administrativo, judiciário e fazendário, a paz interna e a defesa eram essenciais: a **casta dos guerreiros** (através das Forças Armadas) tornaram-se, assim, *o elemento integrador do colono à ordem metropolitana*:

1. fazendo do particular o agente real;
2. aportuguesando a colônia;
3. afidalgando os colonos;
4. embranquecendo os mestiços.

Entretanto, isso só foi verdadeiro para as patentes superiores.

O **serviço militar** como profissão e atividade permanente *não enobrecia*, sendo, ao contrário, *refúgio de pobres e desvalidos*.

Segundo a resenha de Laura de Mello Souza, “a **estrutura patrimonial portuguesa** somou-se, pois, ao **sistema colonial**; sobre este, montou o *aparelho de sucção do Estado*, controlando as exportações e o comércio, orientando a ordem social das classes. A consequência foi a dependência permanente”.

O problema da sociologia marxista é que ela insiste em apresentar uma tipologia das classes na colônia, distinguindo-se a classe proprietária, a classe lucrativa e a classe média!

Seria muito mais adequado o **sistema de estratificação tradicional da Índia**, em termos de grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma raça, profissão ou religião.

A palavra **casta**, originalmente, em 1417, referia-se à *espécie animal, raça ou linhagem de homens*.

Oriunda da península Ibérica, é de origem incerta, levantando-se a hipótese de um gótico “*kasts*” com significado de grupo de animais e/ou ninhada de pássaros.

Aplicado às **castas** da Índia, o vocábulo português estendeu-se a todas as línguas modernas com o sentido de “classe social sem mistura e sem contato com as demais”.

As profissões exigem formações exclusivas. Elas se aliam, mas não se integram.

A casta de comerciantes se confunde com a classe de proprietários?

Não é a diferença de posse de bens que determinam a situação dos membros das castas.

Na **casta de comerciantes-financeiros** encontram-se os que visam os ganhos de capital advindos do comércio de imóveis, escravos, naus, valores e créditos, estes propiciando juros.

Na **casta dos proprietários** de capital imobilizado, encontram-se os recebedores de rendas provenientes dos arrendatários.

Entre os **párias**, cabe misturar os escravos com os trabalhadores pobres e os devedores?

Não, apenas os primeiros seriam considerados “*impuros*”, pois lidavam com trabalhos “*sujos*” que os demais não enfrentavam.

A **casta de comerciantes** “encontra seu caráter nas probabilidades de valorização de bens e serviços no mercado”. Abrange todos os negociantes: armadores, fazendeiros, industriais, banqueiros e financeiros.

Mas se alargaria demasiadamente para aceitar o *éthos* dos **profissionais liberais**. Estes ficam melhor acomodados na **casta dos sábios**.

A distinção da “classe média” corresponde à faixa de renda intermediária, mas não acomoda a cultura de grupos de expressão própria, seja a pequena burguesia decadente, seja os ocupados em profissão regulamentada em mobilidade ascendente.

Também é exclusiva a **casta dos trabalhadores** qualificados, semiquilificados e braçais, pois abrange os libertos, mas não os escravos. Em termos contemporâneos, *os formais*, mas não *os informais*, respectivamente, *os sindicalizados* e *os não-organizados*.

O estamento é fixo? Não me parece, pois no sistema luso-brasileiro o estamento se estabelece por um jogo de alianças oportunistas, onde as castas alternam hegemonias.

Quando uma tenta impor seu *éthos* isoladamente às demais, provoca reações ou ameaças.

Os grupos sociais, vistos como **castas**, não são só organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica.

Também constituem encarnações de ideias e estilos de vida, que procuram impor aos outros.

O fracasso de uma casta até dominante pode ocorrer por causa de *crise econômica, guerra, ou revolução*.

Estabelece-se, então, uma *crise ideológica* que provoca mudanças no Poder.

As **ordens sociais** podem desmoronar quando seus governantes acreditam que estão fracassando – e, sob pressão, adotam *profundas reformas contra seu próprio ideário*.

- Os *sábios-tecnocratas* trazem a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas.
- Os *trabalhadores e artesãos* com espírito comunitário ou corporativista excluem “os de fora”.
- Os *guerreiros* atacam ditaduras e guerras intermináveis por honra e vingança.
- Os *aristocratas* ocupam cargos de liderança com esnobismo ou exclusão social.
- Os *mercadores* provocam a instabilidade econômica e a elevação das desigualdades.

Todos têm *defeitos* que ficam pronunciados quando se isolam.

O desafio é *aliar as virtudes e/ou os valores* de cada qual:

- os *sábios*, a educação e a especialização;
- os *guerreiros*, a coragem e a busca de glória;
- os *aristocratas ou proprietários rurais*, o paternalismo e o respeito à tradição;
- os *comerciantes*, o empreendedorismo e a competitividade;
- os *trabalhadores*, a criatividade e o igualitarismo.

Grande parte das análises tradicionais sobre o Brasil colonial se fixaram na *dicotomia senhor-escravo*, relacionando-se apenas com *a questão da propriedade ou não*.

Deixaram de lado talvez **o determinante na colonização**:

1. *o comércio e*
2. *a casta por ele suscitada, vinculada ao estamento do Estado*.

Na época colonial, **o comerciante** era a principal figura da vida portuguesa.

Dele vinha o elo da Coroa com **o senhor de engenho**, proprietário de escravos.

Estes “**párias negros**” não tinham nenhuma possibilidade de ascensão social.

As castas compunham entre si, em um *jogo oscilatório de alianças*, **o estamento governamental** que preservava *a soberania nacional* e jamais se confundiu com *a soberania popular*.

Raymundo Faoro dá um **salto epistemológico**:

- *desde o período colonial brasileiro*, comandado por um **Estado absolutista**, originando a corrupção e a burocracia no país,

- *até o capitalismo politicamente orientado*, conceito de inspiração weberiana.

O **argumento do jurista gaúcho** é que a *Revolução de 30* rompeu com a “*sampaulização*” do País.

Inaugurou-se uma **nova fase** com o *rompimento do dogma liberal e a intervenção estatal no domínio econômico*.

A **Primeira República “liberal”** teria sido, então, um breve interregno de quatro décadas.

A partir da Revolução de 1930, a **política social** iniciou-se, com a intervenção governamental nessa área sendo comparada à do Estado na economia: como o *protecionismo econômico*, o **proletariado** – aquele que só dispõe de sua prole – necessitava de *dispositivos tutelares* para apaziguá-lo.

Para sustentar o *paternalismo*, valor mantido pela **casta dos aristocratas rurais** ao assumir cargos de liderança, dentro da ordem e visando progresso nacional, lema positivista também adotado por Vargas, o *Poder não poderia ser transferido à aliança das castas dos sábios-tecnocratas e dos trabalhadores organizados*, como já ocorria na **socialdemocracia sueca**.

Uma **verdadeira socialdemocracia brasileira** veio ocorrer apenas 70 anos após, em 2003, sob a égide do Partido dos Trabalhadores.

Antes da emergência do **sindicalismo combativo**, contribuindo para o final da ditadura militar, com Vargas se iniciou a *sedução dos sindicalistas “pelegos”*, posteriormente denominado de “**sindicalismo de resultados**”.

Os **párias** (trabalhadores informais) serviram apenas como *massa de manobra*.

O **Estado** teria passado a *comandar a economia* por meio de uma **nova camada**, mais burocrática do que aristocrática, mas, como no passado, *estamental e árbitro das classes*.

Nesse sentido, o primeiro passo dado seria a *disciplina social e jurídica do proletariado*.

Era o regresso de um **patrimonialismo** que ficara afastado nos interregnos de 1889 a 1930 e de 1934 a 1937. *Será? A quem serviu as políticas de valorização do café que o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo (futuro “Banespa”) executaram nesses períodos?*

Segundo a leitura de Laura de Mello Souza, em sua resenha do livro *Os Donos do Poder* de autoria de Raymundo Faoro, publicada no livro *Introdução ao Brasil*, organizado por Lourenço Dantas Mota (São Paulo; Senac; 1999), “a principal característica do Estado patrimonial foi a *predominância do quadro administrativo junto ao foco superior de Poder: o estamento que evoluiu de aristocrático para burocrático*, acomodando-se às mudanças sem alterar as estruturas”.

O **patrimonialismo** também evoluiu, passando *de pessoal para estatal*, amoldando-se às transformações, adequando-se às mudanças.

Essa compatibilidade entre **capitalismo moderno** e **quadro tradicional** é uma das chaves para a compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro.

A **casta dos sábios-tecnocratas**, técnicos e administradores, cujos valores são a educação e a especialização, são profissionais que lidam com *os interesses dominantes para a reprodução do sistema capitalista* mesmo que, em certas situações de crise, *esses se diferenciem de interesses particulares de alguns capitalistas*.

Se eles substituíram, nos cargos de liderança, o paternalismo típico dos aristocratas ou proprietários rurais, não deixaram de providenciar a “queima do excedente do capital (na época, o café)”, após a crise de 1929, para revalorizá-lo.

A ideia de que **o chefe de Estado se dirigia aos párias**, cujo analfabetismo na época os impedia de compor o eleitorado, como um “*pai do povo*, não como *mito carismático*, nem como *herói*, nem como *governo constitucional*”, mas como “bom príncipe” – D. João I, D. Pedro II, Getúlio, Lula –, que pode vir a empreender uma *política ativa de bem-estar social* a fim de assegurar a adesão das massas, parece ser um “*mito-fundador*” da *Nação brasileira*.

Dentro desse mito, *a soberania popular teria só existido na forma de farsa*, não como **conquistas concretas e estáveis** tais como:

1. a constituição de um Estado brasileiro,
2. a extinção da escravidão,
3. a legislação trabalhista,
4. as liberdades democráticas.

Já é tempo de rever também o mito-fundador da “modernização-conservadora”, segundo o qual “a passagem de um tipo de modernização para outro se vinculou ao Exército, cuja atividade política adquiriu substância com a República”.

Ora, por que, durante a **Regência**, *o território nacional não se fragmentou* tal como ocorreu na América espanhola?

Durante a **Monarquia**, *o Exército já cumpria sua função constitucional precípua em defesa do território brasileiro*.

Outro **mito**, “o Estado, por sua vez, manteve-se independente da Nação”. *Onde? Desde quando?!*

As **castas dos guerreiros, comerciantes e sacerdotes** sempre estiveram representadas no Estado para *a constituição política* da Nação brasileira.

Ausentes do Bloco do Poder, até 2003, **a casta dos trabalhadores organizados e os párias desorganizados**, em última instância, foram *os verdadeiros responsáveis pela construção econômica* com o suor de seus trabalhos.

Hoje, em pleno século XXI, visto a história a partir da atual (e transitória) “linha-de-chegada”, não será um **mito-fundador** o diagnóstico de que “a máquina estatal permaneceu *portuguesa*, hipocritamente *casta*, duramente *administrativa*, aristocraticamente *superior*”?

Os juristas, como Raimundo Faoro, por mais brilhantes e progressistas que sejam ou tenham sido, se dobram à **retórica**, mesmo que *os fatos permitam outra análise*.

Curiosamente, *adjetivar a máquina estatal como “casta”* remete ao adjetivo **casto**, cuja etimologia vem do latim *castus, a, um* no sentido de 'puro, íntegro, virtuoso, irrepreensível, casto'.

É fazer humor negro dizer que “*a máquina portuguesa*” *guarda castidade*, ou seja, se abstém de prazeres sexuais, abstendo-se de vida sexual ilegítima ou promíscua, *quando o território brasileiro foi povoado à base do estupro e miscigenação*.

O **Estado** aqui nunca foi *puro, cândido, inocente, sem mistura ou mescla, recatado, pudico*.

No Brasil, *o Poder ainda não foi atingido ou tocado por coisas consideradas impuras apenas no que se refere aos párias*.

Aqui, o Poder busca demonstrar que está à distância de impurezas apenas para *aparentar ser isento, intacto*.

Mas isso é só a **aparência**, pois, em sua **essência**, sempre foi *dominado por alianças dinâmicas entre castas com exclusão dos párias*.

Getúlio

Lira Neto, em *“Getúlio 1882-1930”* (primeiro volume da trilogia biográfica publicada pela editora paulista Companhia das Letras em 2012), conta que não se tem registro de que o futuro general Manuel Vargas, *membro da casta dos guerreiros e pai de Getúlio*, fosse dado a leituras mais densas ou que fosse um esmerado discípulo de **Auguste Comte**, embora esse seu filho tenha sido.

Júlio de Castilhos, caudilho gaúcho, se assumia como tal – **um positivista** –, tanto que em seus escritos pregava *a tese de que a sociedade precisava ser regida pelas mesmas leis e métodos da Matemática e da Biologia*.

Defendia, em função das ideias positivistas, **a necessidade de uma “ditadura científica”**, na qual *o poder deveria decorrer do saber e não do voto*.

Inspirado no **positivismo**, Castilhos advogava *a instalação de um governo forte, um “Executivo hipertrofiado”, que se autoinvestisse da “tarefa suprema” de modernizar a sociedade, regenerar o Estado e educar os cidadãos para a vida em comum*.

É evidente que muitos líderes políticos rio-grandenses se utilizaram de tal **doutrina como mera fachada ideológica** para legitimar o autoritarismo que os caracterizava.

O menino **Getúlio** cresceu em uma casa em que *o sistema parlamentar defendido pelos liberais era tido como um “sistema pra lamentar”...*

Depois de uma série de instabilidades políticas e de articulações de bastidores, **Júlio de Castilhos e seu minoritário PRR** assumiram oficialmente o governo do Rio Grande do Sul em julho de 1891, sob as graças do primeiro presidente da história do país, o marechal Deodoro da Fonseca.

Logo tratou de pôr seu **ideário em ação**, lastreado por *uma Constituição estadual que ele, Castilhos, havia escrito praticamente sozinho* e que foi aprovada, por unanimidade, em uma assembleia constituinte dócil e que se reuniu por apenas duas semanas.

Pela **Constituição castilhista**, o Legislativo *funcionava por minguados dois meses a cada ano e tinha a competência limitada à aprovação do orçamento*, cabendo ao Executivo estadual a prerrogativa de governar por decreto.

Em nome da continuidade administrativa, *o presidente do Estado podia se reeleger quantas vezes fosse de seu desejo, desde que obtivesse três quartos da votação total* — o que não era difícil de se conseguir com **a pressão do voto a descoberto**, em reforço às normas de conduta dos positivistas, que preconizavam a necessidade de os cidadãos “viverem às claras”, em **oposição ao princípio do sufrágio secreto**.

No **positivismo seletivo de Júlio de Castilhos**, a plena *liberdade de expressão*, defendida por Comte e também prevista na Constituição estadual rio-grandense, foi solenemente ignorada, assim como no futuro Getúlio abandonou a *postura laica* preconizada pelo positivismo para o Estadista.

A **imprensa oposicionista** era alvo de *constantes perseguições*, sendo frequente o empastelamento de jornais adversários ao governo.

Na retórica instaurada por Castilhos, repisada todo dia nas páginas oficiais de *A Federação*, o campo da **política** era descrito como um “charco lodoso”, onde apenas chafurdavam *as ambições e veleidades pessoais*.

Assim, o **discurso da austeridade e da excelência moral** embalava uma doutrina partidária que tinha na eficiência técnica e na eficácia administrativa a sua pedra de toque: os que detinham o Poder sempre se intitulavam “**governo dos melhores**”...

Qualquer questionamento à administração pública ou mesmo a mais leve crítica à ausência da representação parlamentar eram considerados, portanto, **um retrocesso**, ou seja, um retorno ao pântano mesquinho da política.

Uma das primeiras medidas econômico-administrativas adotadas pelos republicanos desagradou em cheio aos adversários monarquistas ou liberais.

Decretou-se o **fim da antiga “tarifa especial”**, instituída ainda em 1878, quando o então todo-poderoso Gaspar Silveira Martins ocupava o cargo de ministro da Fazenda no Império.

Por meio do velho benefício, a fronteira do Rio Grande do Sul se tornara uma espécie de zona de livre-comércio com o Uruguai — o que favorecera a **elite da pecuária e os negociantes tradicionais da região**, em sua maioria leais a Gaspar Martins, em oposição às **novas classes mercantis e financeiras do litoral**, que viriam a ser uma das bases políticas de Castilhos.

Além de extinguir a regalia alfandegária dos inimigos, os republicanos puseram em prática uma **política de repressão ao contrabando na fronteira**, o que novamente afrontou **os gasparistas**, *liberais defensores da ampla liberalização do comércio com os países do Prata*.

À **ação**, seguiu-se a correspondente **reação**: em novembro de 1891, *Castilhos foi apeado do poder local em consequência da queda do marechal Deodoro no plano federal*.

Os antigos liberais, reunidos a republicanos dissidentes contrários à liderança autocrática de Castilhos, trataram de ir à forra, coligados sob a denominação comum de “**federalistas**”.

Após conspiração liderada pelo pai de Vargas para reconduzir Júlio de Castilhos ao poder, o **plano dos conjurados** deu certo, com a conivência do novo chefe de governo, o marechal Floriano Peixoto, que pretendia neutralizar os partidários do velho Silveira Martins, que, além de parlamentaristas, eram acusados de serem monarquistas saudosos.

Quando o menino Getúlio viu o pai Manuel Vargas retornar vitorioso a São Borja, havia chegado o **momento da retaliação**.

Novamente donos da situação, *os republicanos demitiram os federalistas de todos os cargos públicos e dos comandos municipais.*

Não ficaram nisso e reproduziram, com sinal contrário, as mesmas perseguições das quais tinham sido vítimas pouco antes, sobretudo no interior do estado, estabeleceu-se **a barbárie.**

Em todo o estado, institucionalizou-se **a degola política.** *Não se tratava de uma simples metáfora. Era literal.* A vítima era obrigada a ajoelhar-se de mãos atadas e, pelas costas, o inimigo montava-lhe os ombros. Com a mão esquerda, o degolador puxava-lhe o cabelo para trás. Com a direita, em um golpe rápido de facão, rasgava-lhe a garganta de uma ponta a outra, como numa rês por ocasião do abate.

Uma variante consistia em deitar a vítima com as costas para o chão, sentar-lhe sobre as pernas e levantar-lhe o queixo com a sola da bota, para que o pescoço então ficasse à mercê do corte, de orelha a orelha. *Por toda parte se degolavam homens, mulheres e crianças, como se fossem cordeiros.*

Como resposta à repressão exercida pelos republicanos, os decaídos federalistas planejaram a volta ao poder e, a partir da fronteira uruguaia, deflagraram aquela que carregaria a chaga de ser **a maior e mais sanguinolenta de todas as guerras civis da história brasileira.**

As **degolas sumárias de adversários** passaram a ser adotadas como prática comum tanto por um quanto pelo outro lado. Sangravam o inimigo e, sobretudo nos casos de acusações de estupro, cortavam-lhe a facão os órgãos genitais, que depois eram inseridos na boca da vítima, como forma suprema de humilhação.

Um era “**pica-pau**”, como foram apelidados **os republicanos**, por causa das listras brancas e do quepe vermelho que traziam no uniforme, embora sua marca fosse realmente *o lenço branco amarrado ao pescoço, símbolo da legalidade.*

O outro era “**maragato**”, alcunha pejorativa infligida aos **federalistas** pelo fato de muitos dos que se engajaram no movimento serem uruguaios, provenientes da província espanhola de *Maragatería*. O termo acabou sendo assumido pelos **federalistas**, que adotaram *o lenço vermelho no pescoço como insígnia rebelde.*

A **guerra civil nos pampas**, a chamada **Revolução Federalista**, prolongou-se de 1893 até 1895, aprofundando a cizânia entre os Vargas e os Dornelles, famílias respectivamente do pai e da mãe de Getúlio, e *resultando em mais de 10 mil mortos em combate, o equivalente então a um terço de toda a população masculina da capital Porto Alegre.*

A **vitória coube aos republicanos**, com Júlio de Castilhos fortalecido à frente do governo rio-grandense, apoiado por Floriano Peixoto, mas também amparado por:

1. uma brigada militar estadual constituída para reprimir os adversários e
2. uma extensa teia de apoios políticos no interior do estado, onde pontificavam os chefes municipais que lhe juraram lealdade.

Pela participação na repressão ao movimento, **Manuel Vargas** recebeu a patente honorária de **general**, por decreto assinado pelo próprio presidente da República.

Sucessor de Júlio de Castilhos, vítima de um câncer na garganta, eleito em 1897 em um pleito sem adversários, reeleito em 1902 outra vez sem oponentes nas urnas, **Borges de Medeiros** governava amparado pela “*bíblia castilhista*”.

A Constituição rio-grandense de 1891 *sustentava a crença no Executivo forte e conservava um Legislativo de fachada*, respaldada pelo **discurso da eficácia combinado à prática da coerção política**:

1. manteve a ênfase na *modernização do estado*,
2. martelou o dogma da *moralidade administrativa* e
3. pregou a *tese da incorporação de direitos civis aos trabalhadores*.

Estes últimos pontos explicavam o apoio das nascentes *classes médias urbanas* ao **regime castilhista-borgista (e depois varguista)**, a despeito da *radical rejeição ao princípio da representação parlamentar*.

O austero Borges de Medeiros, que *não permitiria ao estado investir dinheiro público na compra sequer de um carro oficial para servir ao palácio*, tinha a missão de dar continuidade a um “**castilhismo sem Castilhos**”.

Não obstante as divergências que dividem os defensores da **Teoria das Elites**, pode-se indicar alguns **traços comuns** que servem para *distinguir esta teoria*, que representa, com sucesso alternado, uma tendência constante na Ciência Política:

1) em toda sociedade organizada, **as relações entre indivíduos ou grupos** que a caracterizam são *relações de desigualdades*;

2) a **causa principal da desigualdade** está na *distribuição desigual do poder*, ou seja, no fato de que *o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas*,

3) entre as **várias formas de poder**, *o mais determinante é o poder político*;

4) aqueles que detêm o poder, especialmente **o poder político**, ou seja, a classe política propriamente dita, *são sempre uma minoria*;

5) uma das causas principais por que **uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas** está no fato de que:

1. os **membros da classe política**, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm *ligames entre si* e
2. são *solidários* pelo menos na *manutenção das regras do jogo*, que permitem, ora a uns, ora a outros, *o exercício alternativo do poder*;

6) um **regime** se diferencia de outro:

1. na base do modo diferente como **as Elites** surgem, desenvolvem-se e decaem,
2. na base da forma diferente como se organizam e

3. na base da forma diferente com que exercem o poder;

7) o elemento oposto à **Elite**, ou à **contra-Elite**, é a **massa (silenciosa)**, a qual constitui o conjunto das pessoas que não têm poder, ou pelo menos não têm um poder politicamente relevante:

1. são numericamente a maioria,
2. não são organizadas, ou
3. são organizadas por aqueles que participam do poder da classe dominante e
4. estão, portanto, a serviço da classe dominante.

A **Teoria da Sociedade de Massa** é a contrapartida da **Teoria das Elites** e ambas se desenvolveram no século XX paralelamente.

Negativamente, o que as várias teorias elitistas têm em comum é:

- por um lado, a **crítica da ideologia democrática radical**, segundo a qual é possível uma sociedade em que o poder seja exercido efetivamente pela maioria, e,
- por outro lado, a **crítica da teoria marxista**, segundo a qual, estando o poder ligado à propriedade dos meios de produção, é possível uma sociedade fundada sobre o poder da maioria, ou seja, sobre o poder de todo o povo, desde o momento em que a propriedade dos meios de produção seja coletivizada.

Como **teoria realista da Política**, ela mantém firme a tese segundo a qual:

1. o poder pertence sempre a uma minoria (“nomenclatura”) e
2. a única diferença entre um regime e outro está na presença de minorias em competição entre si.

Ideologicamente, esta **Teoria das Elites** nasce como reação contra o advento temido da sociedade de massa, e, portanto:

- não só contra a democracia substancial,
- mas também contra a democracia formal,

Sua **principal função histórica**, mais do que esgotada, foi a de denunciar, de vez em quando, as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral.

Na sua **face ideológica**, a Teoria das Elites contribuiu para obstaculizar o avanço de uma transformação democrática da sociedade, argumentando que democracia e existência de uma classe política minoritária não são incompatíveis.

Na sua **face realista**, a Teoria das Elites contribuiu e contribui, ainda hoje, para descobrir e colocar, a nu, o fingimento da “democracia manipulada”.

Brasil: Uma Biografia

“Qual é a identidade nacional” está sempre em questão.

Lília Moritz Schwarcz e Heloisa Starling, coautoras do livro *Brasil: Uma Biografia* (São Paulo; Companhia das Letras; 2015), sabem, porém, que **identidades** não são fenômenos essenciais e muito menos atemporais.

Ao contrário, elas representam *respostas dinâmicas, políticas e flexíveis*, uma vez que reagem e negociam diante das diversas situações.

Por isso, preferem se aferrar, igualmente, à ideia de que *a plasticidade e a espontaneidade* fariam parte das nossas práticas e formariam um *éthos* nacional.

Nós seríamos o **País do improviso** que *dá certo!* Improvisada é a **Tropicalização Antropofágica Miscigenada!** Afinal, Deus é brasileiro! Saravá...

Outra característica que tem nos definido enquanto nacionalidade é o **“familismo”**, ou seja, *o costume arraigado de transformar questões públicas em questões privadas*.

O País sempre foi marcado pela *precedência dos afetos e do imediatismo emocional sobre a rigorosa impessoalidade dos princípios*, que organizam usualmente a vida dos cidadãos das mais diversas nações.

Do latim *“cor, cordis”* deriva-se **“cordial”**, palavra que pertence ao plano semântico vinculado a *“coração”* e ao suposto de que, *no Brasil, tudo passa pela esfera da intimidade*, em um contumaz descompromisso com as ideias de bem público e em uma nítida aversão às esferas oficiais de poder.

A noção de **“homem cordial”**, proposta por Sérgio Buarque de Holanda, no imaginário social, teve seu *juízo invertido*.

Entendeu-se como *uma louvação das nossas supostas relações cordiais, harmoniosas e receptivas*, em vez de ser entendida a partir de seu sentido crítico: *a nossa dificuldade de acionar as instâncias públicas com impessoalidade*.

Em tudo, dá-se um *“jeitinho”* sob forma de *favor pessoal*, naturalmente, recompensado a posteriori nessa **cadeia de cordialidade...**

Outra **mania nacional** é a de congelar *a imagem de um país avesso ao radicalismo e parceiro do espírito pacífico*, por mais que inúmeras rebeliões, revoltas e manifestações violentas invadam a nossa história de ponta a ponta.

Boas ideologias parecem ter o poder de se sobrepor à sociedade e gerar realidade.

Neste **País do imaginário social**, é bem melhor *“ouvir dizer”* do que *“ver”*...

A recorrente projeção da imagem sonhada de um País diferente acaba nos levando a espelhar-nos nela?

Quero crer, mas *a maldita realidade é que o Brasil é campeão em desigualdade social e luta com dificuldade para construir valores republicanos e cidadãos.*

Esses fenômenos não são exclusivamente internos.

O País foi sempre definido pelo olhar que vem do exterior.

O Brasil é ora representado por estereótipos que o designavam como uma grande “**falta**” – *de lei, de hierarquia, de regras* – ora pelo “**excesso**” – *de lascívia, de sexualidade, de ócio ou de festas.*

Seríamos algo como uma periferia do mundo civilizado, habitada por *uma brasilidade desajeitada, mas muito alegre, pacífica e feliz.*

Enfim, um **local** hospitaleiro, de valores exóticos, onde se encontra uma espécie de “nativo universal”, fruto de povos “estranhos” de todos os lugares.

Inspirados na ideia do **canibalismo**, brasileiros têm *a mania de se reinventar e traduzir falhas em virtudes e prognósticos.*

Canibalizar costumes, desafiar convenções, enviesar supostos, é ainda uma **característica local**, *um ritual de insubordinação e de não conformismo* que, talvez, nos distingue ou, ao menos, transforma-se em uma *boa utopia.*

No País, o *tradicional* convive com o *cosmopolita*; o *urbano* com o *rural*; o *exótico* com o *civilizado*; e o *mais arcaico* e o *mais moderno coincidem*, um persistindo no outro, como uma interrogação.

Para tentar compreender **o Brasil em perspectiva histórica**, escrever sobre a vida do nosso País implica *questionar os episódios que formam sua trajetória no tempo e ouvir o que eles têm a dizer sobre as coisas públicas, sobre o mundo e o Brasil em que vivemos.*

O que faz do *brasil*, Brasil ou do *Brazil*, Brasil?

Desde que o “Brazil” é **Brasil**, desde que inventou para si um sentido próprio e autônomo como Nação, *a história do País vem se afirmando, também, como uma longa narrativa de lutas, violência, reivindicação de autonomia e igualdade, busca por direitos e construção de cidadania.*

Essa história é a um só tempo *comum e diferente*, e *nada tem de evolucionária*, no sentido de aglutinar, de modo crescente, progressivo e previsível uma série de fatos e dados.

Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling mostram *o que houve de comum e de diferente na nossa história.*

De um lado, se parece com as demais trajetórias dos países modernos – apenas se diferenciando pelo **atraso histórico na cidadania brasileira**:

- Ser cidadão brasileiro representou conquistar **direitos civis**, como ter *direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei*, com um ou dois séculos de atraso, com a extinção da escravidão e a proclamação da República, em 1888-89, em relação às conquistas inglesas (1688), norte-americanas (1783) e francesas (1789) nos Séculos XVII-XVIII.
- Somente um século depois, com a Constituinte de 1988, após 1/3 do período republicano com ditaduras (1930-1945 e 1964-1984), verdadeiramente, conquistamos **direitos políticos**: eleger a direção da sociedade, votar, ser votado, associar-se em sindicatos e partidos, liberdade de expressão, etc.
- Na transição do Século XX para o XXI, começamos a conquistar **direitos sociais** à educação, à saúde, à aposentadoria, à segurança pública.
- No Século XXI, nosso grande desafio está sendo conquistar **direitos econômicos**: ao trabalho, ao salário justo, a uma renda mínima, *acesso aos bancos*, isto é, *a crédito e produtos financeiros*.

De outro lado, persistem nessa trajetória **algumas singularidades**.

Basta lembrar *a clara concentração nas lutas por direitos sociais em detrimento dos direitos políticos, sobretudo, os civis*.

Sem a garantia dos direitos civis, cujo princípio normativo é a liberdade individual, e sem o entendimento de que pessoas obrigadas a obedecer às leis devem ter **igual direito**, a despeito das diferenças que houver entre elas, *a noção de cidadania não tem como ser exercida contemporaneamente de forma plena*.

Direitos nunca chegam de uma vez por todas.

- Não há, pois, como desvincular essa **constante e incompleta luta por incorporação de direitos e construção de cidadania no Brasil** dos próprios caminhos da história do País.
- Não há como deixar de mencionar **a enraizada e longa experiência social da escravidão**, a qual acabou por dar forma à sociedade brasileira.

A própria definição de **escravo** já significava *a negação dos direitos fundamentais de liberdade e igualdade*.

O **destino dos homens livres pobres**, aliás, a grande maioria da população, não seria muito diferente: emaranhados a estruturas de dominação como *o mandonismo e o coronelismo*, giraram em torno das *“relações de favor”*.

Este expediente é muito mais exercido a partir de **estruturas de dependência pessoal** do que pautado em uma cartela de **direitos civis ou sociais**.

O “favor”, na realidade, representa a própria negação de direitos!

Se a construção de um sentimento de nacionalidade acabou por ser a tarefa prioritária do Segundo Reinado – com a voga do *indigenismo romântico* –, foi com a República que se cultivou certa *“brasilidade”*: **o sentimento de fazer parte de uma comunidade imaginada, a noção de pertencimento de uma condição de ser brasileiro**.

Brasileiros deixaram de ser *súditos* para se imaginarem como *cidadãos* da República.

Porém, *com a Primeira República novas formas de subcidadania se introduziram no País.*

O suposto era que, se estava **decretada a liberdade**, para os *liberais* isso bastava, já que *a competência de cada indivíduo* seria reconhecida por O Mercado.

A **desigualdade**, no entanto, *nunca diminuiu*, muito antes pelo contrário:

- **os despossuídos** ficaram onde sempre estiveram – sem acesso a direitos econômicos – e
- **os proprietários** elevaram continuamente sua riqueza.

Não se trata de ignorar *os primeiros embates por igualdade, direitos de trabalho e de cidadania plena*, através de greves e todo tipo de manifestação pública.

Mas com **a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder** que o Brasil passa a exercitar uma paradoxal cidadania: *a extensa legislação social introduzida a partir da década de 1930 se propunha a oferecer proteção legal ao trabalhador à custa das liberdades individuais.*

A **ditadura de Vargas** garantia *a agenda de direitos sociais*, mas *suprimia os direitos políticos.*

A **Constituição de 1946**, por sua vez, abriu *uma fase democrática inédita na história do País*, apesar das tentativas golpistas em 1954, que levou ao suicídio de Vargas, e 1955, contra a posse do Presidente eleito, JK.

Foi a **Era do Nacional-desenvolvimentismo** com maior industrialização, integração do mercado nacional, construção de Brasília e... a bossa-nova!

Mais uma **ditadura**, instaurada como golpe militar de 1964, *fecharia novamente o caminho da construção dos direitos.*

Somando à ela a tutela militar entre 1889 e 1894 (marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e a ditadura do Estado Novo (1937-1945), nos primeiros 100 anos da República, **cerca de 1/3 foi sob autoritarismo militarizado.**

Mas **o uso da força para sustentar o poder arbitrário de golpistas** nunca foi exclusividade das casernas. *Usou-se a força da mídia para dar novo golpe em 2016...*

A **Constituição de 1988**, que *garante o exercício pleno de direitos*, chamada de “*cidadã*” por Ulysses Guimarães, impôs uma *mudança democrática* no Brasil.

Trinta anos atrás, não seria possível imaginar que o país iria eleger para a Presidência da República um *acadêmico* auto exilado como Fernando Henrique Cardoso, ou um *líder operário* como Luiz Ignácio Lula da Silva, e uma *mulher e ex-guerilheira*, Dilma Rousseff.

A **agenda dos direitos** entrou na pauta do Estado e integra o debate público.

Afirma **direitos** em um *contexto de desigualdades.*

Luta por novos direitos ao buscar **o tratamento igualitário de grupos sociais minoritários** como os idosos, as crianças, os homossexuais.

No Brasil, **a democracia** ainda convive perversamente com **a injustiça social**.

Persiste um **déficit republicano** na raiz da nossa comunidade política com suas *práticas patrimoniais, clientelistas e corruptas*.

Falta uma **agenda ética** capaz de transformar:

1. o sistema político eleitoral e
2. o comportamento partidário.

Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling afirmam, ao final do magnífico livro, que “o Brasil abriu-se ao século XXI com uma grande certeza: *a consolidação da democracia é nosso maior legado para as próximas gerações*” (2015: 502).

Quero crer, mas tenho dúvida. Um duro teste da **sustentação da democracia brasileira** está sendo realizado, agora, com o golpe iniciado pelos derrotados na eleição de 2014 e adotados pelos eleitos para o Congresso Nacional com financiamento eleitoral corrupto.

Veremos se a cidadania brasileira sobreviverá após mais este duro embate em defesa da nossa ainda jovem democracia.